

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

FLÁVIO FLORÊNCIO DE ALMEIDA

**ÉTICA PROFISSIONAL NAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS DA DIRETORIA
GERAL DE BIBLIOTECAS (DGB) – IFS-CAMPUS ARACAJU**

São Cristóvão - SE

2019

FLÁVIO FLORÊNCIO DE ALMEIDA

**ÉTICA PROFISSIONAL NAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS DA
DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS (DGB) – IFS-CAMPUS
ARACAJU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Sergipe para avaliação na
atividade TCC II para obtenção do título de bacharel
em Biblioteconomia e Documentação

Orientadora: Profa. Dra. Martha Suzana Cabral
Nunes

**São Cristóvão - SE
2019**

Ficha catalográfica elaborada por:

Salim Silva Souza – CRB5-1332

A447e Almeida, Flávio Florêncio de.
Ética profissional nas práticas bibliotecárias da Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) – IFS-Campus Aracaju / Flávio Florêncio de Almeida. – 2019.
89 f., enc. : il.

Orientadora: Martha Suzana Cabral Nunes

Monografia (Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe.
Bibliografia : 68-72

1. Ética Profissional – Bibliotecários. 2. Deontologia – Bibliotecários. 3. Práticas Bibliotecárias. 4. Código de Ética do Bibliotecário. I. Nunes, Martha Suzana Cabral Título. II. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação. III.

CDU : 023.4:174(81)
CDD : 023:174

FLÁVIO FLORÊNCIO DE ALMEIDA

**ÉTICA PROFISSIONAL NAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS DA
DIRETORIA GERAL DE BIBLIOTECAS (DGB) – IFS-CAMPUS
ARACAJU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Sergipe para avaliação na
atividade TCC II para obtenção do título de bacharel
em Biblioteconomia e Documentação.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Martha Suzana Cabral Nunes
Orientadora

Profa Dra Valéria Aparecida Bari
Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Luiz Elias de Araújo
Examinador

Dedico este trabalho a minha amada mãe Marilene, que na distância ecoa sua lembrança – aquela que de saudade lamenta. Dedico também a minha amável companheira e esposa Graça.

E, dedico também esse trabalho a lembrança, a saudade e a memória de Silvania Santos, qual tive o privilégio em colaborar na sua orientação, referente as atividades práticas de uma biblioteca em seu estágio curricular. Silvania, agora dorme o sono mais profundo – adormeceu seus sentimentos, seus desejos e seus sonhos. Ela voltou ao estado de inexistência – condição anterior a sua existência. Mas pela esperança baseada na misericórdia e benignidade imerecida de Deus é aguardado com carinho e expectativa o seu despertar. – João 11:1-45

AGRADECIMENTOS

A gratidão é reconhecimento de algo que reacende o coração e as nossas lembranças mais ternas em compartilhar as muitas colaborações, daqueles que de alguma forma caminharam e se mantiveram na expectativa pela experiência da vida. E, por essa experiência única e maravilhosa, que aguça meus sentidos por viver é que agradeço a Deus em primazia pela contemplação da vida e por me permitir a continuar...

De fato, chegar até aqui não foi nada fácil. Muitas barreiras se puseram a frente em forma de frustrações, travamentos, descontentamentos, descrédito, descrença, desânimo e desapontamentos. E a retomada do caminho é tão dificultosa quanto seu princípio. É preciso muitas vezes buscar coragem no vazio e perscrutar sentidos da vida a construção de novos sonhos. Foram dias adormecidos e noites, madrugadas em claro acordado – momentos em que as palavras se faziam presentes e sentimentos mais aflorados a produção. Escuridão, minha dama da noite, minha companhia na voz, no grito do silêncio ao som dos miados rasgados dos gatos, ao latir dos cães, ao som do chirriar das corujas ao sobrevoar as sombras da noite. Madrugada ao amanhecer, o canto dos galos e o acordar dos passarinhos, quando meus olhos cansados querem se fechar a dormir. Graciosa é mesmo a noite, cheia de vida em que pude vivenciar de um modo diferente...

Tantas coisas vividas nessa trajetória que é impossível deixar de agradecer aqueles que passaram por mim. Entre aqueles que contribuíram a memória da minha caminhada estão os professores:

Minha orientadora Profa Martha Suzana Cabral Nunes pelo favor inestimável e privilégio a me conduzir ao fim dessa longa estrada, mas não interminável. Reconhecendo, que o seu favor, a sua atenção e sua determinação para o fim desse processo foram fundamentais.

Profa Valéria Bari, nossas boas conversas, a experiência de um trabalho científico em sua parceria e suas afirmações positivas foram gratificantes; Profa Telma de Carvalho, sua atenção sempre convidativa a tranquilidade e a compreensão; Prof. Fernando Bittencourt, sua alegria descontraída a boas amizades é um pulsar de vida; Profa Marcia Braz, a lembrança de boas perspectivas para a *Indexação* na prática, uma saudade que retornou as suas origens; Professores Augusto Silva e Antônio Felix, esses cultivaram a boa discussão teórica; Prof. Luiz Marchiotti, sua firmeza se evidencia a quem o conhece, mas sua bondade e presteza prevalece; Profa Gleise Santana, suas aulas mais que divertidas aprisionou sempre minha atenção; Prof. Diego Armando, suas explicações, suas explanações teóricas, exemplos tão claros, suas colocações práticas é seu grande diferencial. Sua experiência, abriu a minha mente para o entendimento – sinto pelo curto tempo e final do meu curso não poder derivar maior prazer e proveito de suas aulas. E, sinto mais ainda, que somente agora nesses meus momentos finais aparecera um professor com ampla visão ao foco realístico das práticas, embasado por sua vivência para a área da Informática e seu real envolvimento com Sistemas

de Informação e Tecnologias. Sua permanência no Departamento de Ciência da Informação gerará grande enriquecimento para os estudantes e o Curso de Biblioteconomia.

Aos professores, que também muito fizeram sentido a minha história como: Jeferson Sales; Nilton Spindola; Zelma Matos; Mirela Pacheco; Sérgio Araújo; Fabiano Castro; Bárbara Coelho; Edilberto Santiago.

Aos profissionais bibliotecários, que favoreceram a contribuição da minha experiência como profissional e a essa pesquisa, como: Salim Silva; Gildevana Ferreira; Hilton Pereira; Kelly Barbosa; Geocelly Gambardella; Célia Araújo; Angilene Santos; Jaciara Moreira e Elisabete Ramos.

E a todos meus colegas, amigos (alunos), que juntamente comigo caminharam e construíram uma experiência a vida. Sem mencionar é claro, aos colaboradores que cruzaram o caminho da minha experiência, meus sinceros agradecimentos.

O que faremos depende muito do que acreditamos, [...] nossas opiniões são a regra de nossas ações. (Rousseau, Jean-Jacques)

Agir corretamente, hoje, não é só uma questão de consciência, mas um dos quesitos fundamentais para quem quer ter uma carreira longa, respeitada e sólida. (Dalen Jacobino)

RESUMO

Esse estudo teve como contextualização, trazer para análise a percepção dos bibliotecários com respeito a Ética Profissional em suas atividades profissionais. Os objetivos específicos são: identificar como os bibliotecários aplicam o Código de Ética ao seu fazer profissional; observar a importância que os bibliotecários apresentam sobre a Ética Profissional. A Diretoria Geral de Bibliotecas é o ambiente onde se encontra a pesquisa, estando localizada no Instituto Federal de Sergipe, campus Aracaju. O método escolhido foi o observacional (observação não participante), que por sua vez mostrou-se muito conveniente para a questão da temática como também as possibilidades de trabalho com a população estudada mediante a aplicação de questionário com perguntas diretas. Seguindo a proposta da pesquisa descritiva, pretende-se analisar comportamentos dos indivíduos na perspectiva da atuação profissional, trazendo uma abordagem qualitativa pelo trato da subjetividade condicionada a uma pesquisa como estudo de caso. A técnica empregada para coleta dos dados, se apresentou no uso de questionário eletrônico, examinado a partir das respostas advindas desse instrumento sob a utilização de análise textual discursiva. A utilidade desse trabalho se faz por sua contextualização social na medida que vem a despertar interesse por via de reflexão, transformando profissionais mais qualificados em suas práticas bibliotecárias, mais conscientes do seu papel profissional na sociedade e embasados pela Ética Profissional/Deontologia mediante uma maior representação do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro. De modo geral, sempre haverá uma preocupação com o exercício de práticas éticas e assim também uma constante necessidade de melhorar essas práticas e a dignidade da profissão de bibliotecário. É sempre importante estabelecer continuamente um construtivismo social da profissão, relacionando os valores éticos a uma consciência que se eleva para compreender as condições reais para uma boa aprendizagem da ética.

Palavras-chave: Ética Profissional – Bibliotecários. Deontologia – Bibliotecários. Práticas Bibliotecárias. Código de Ética do Bibliotecário.

RESUMEN

Este estudio tuvo como contextualización, traer para análisis la percepción de los bibliotecarios con respecto a la Ética Profesional en sus actividades profesionales. Los objetivos específicos son: identificar cómo los bibliotecarios aplican el Código de Ética a su hacer profesional; observar la importancia que los bibliotecarios presentan sobre la Ética Profesional. La Dirección General de Bibliotecas es el ambiente donde se encuentra la investigación, estando ubicada en el Instituto Federal de Sergipe, campus Aracaju. El método elegido fue el observacional (observación no participante), que a su vez se mostró muy conveniente para la cuestión de la temática, así como las posibilidades de trabajo con la población estudiada mediante la aplicación de cuestionario con preguntas directas. Siguiendo la propuesta de la investigación descriptiva, se pretende analizar comportamientos de los individuos en la perspectiva de la actuación profesional, trayendo un abordaje cualitativo por el trato de la subjetividad condicionada a una investigación como estudio de caso. La técnica empleada para la recolección de los datos, se presentó en el uso de cuestionario electrónico, examinado a partir de las respuestas provenientes de ese instrumento bajo la utilización de análisis textual discursivo. La utilidad de este trabajo se hace por su contextualización social en la medida que viene a despertar interés por vía de reflexión, transformando profesionales más cualificados en sus prácticas bibliotecarias, más conscientes de su papel profesional en la sociedad y basadas en la ética profesional / deontología mediante una mayor representación del Código de Ética y Deontología del Bibliotecario brasileño. En general, siempre habrá una preocupación por el ejercicio de prácticas éticas y así también una constante necesidad de mejorar esas prácticas y la dignidad de la profesión de bibliotecario. Es siempre importante establecer continuamente un constructivismo social de la profesión, relacionando los valores éticos a una conciencia que se eleva para comprender las condiciones reales para un buen aprendizaje de la ética.

Palabras clave: Ética Profesional - Bibliotecarios. Deontología - Bibliotecarios. Prácticas Bibliotecarias. Código de Ética del Bibliotecario.

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------------|---|----|
| QUADRO 1 | Retrospectiva histórica e cronológica da instituição..... | 48 |
| QUADRO 2 | Bibliotecários e suas funções..... | 50 |
| QUADRO 3 | Treinamento e capacitação – Serviços de Informação..... | 52 |
| QUADRO 4 | Disciplinas sobre ética profissional na graduação..... | 55 |
| QUADRO 5 | Percepção dos bibliotecários sobre Ética Profissional..... | 55 |
| QUADRO 6 | Deveres dos bibliotecários descritos no Código de Ética Profissional.. | 56 |
| QUADRO 7 | Principais infrações disciplinares apontadas pelos bibliotecários no Código de Ética Profissional..... | 59 |
| QUADRO 8 | Importância da Ética para os bibliotecários..... | 62 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------------|---|----|
| GRÁFICO 1 | Sexo..... | 54 |
| GRÁFICO 2 | Infrações éticas consideradas graves..... | 60 |
| GRÁFICO 3 | Conhecimento das penalidades do Código de Ética Profissional..... | 61 |
| GRÁFICO 4 | As penalidades mais eficazes..... | 61 |

LISTA DE ABREIATURAS E SIGLAS

CBBB – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia

DGB – Diretoria Geral de Bibliotecas

FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

IFS – Instituto Federal de Sergipe

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 | Questão Norteadora | 13 |
| 1.2 | Justificativa | 14 |
| 1.3 | Objetivos | 16 |
| 1.3.1 | Geral | 16 |
| 1.3.2 | Específicos | 16 |
| 2 | ÉTICA – UM BREVE HISTÓRICO | 17 |
| 2.1 | Conceito de Ética e Moral | 20 |
| 3 | ÉTICA PROFISSIONAL NA BIBLIOTECONOMIA | 26 |
| 3.1 | Formação Ética Profissional | 26 |
| 3.2 | Atuação Ética Profissional | 30 |
| 3.3 | Deontologia bibliotecária e a Moral | 33 |
| 4 | O CÓDIGO DE ÉTICA DO BIBLIOTECÁRIO | 40 |
| 4.1 | Histórico do Código de Ética Bibliotecário | 41 |
| 4.2 | Análise do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário | 42 |
| 5 | METODOLOGIA | 46 |
| 5.1 | Caracterização do ambiente e da comunidade pesquisada – Breve histórico do IFS..... | 48 |
| 5.1.1 | Apresentação do ambiente e da comunidade | 50 |
| 6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE DA ÉTICA PROFISSIONAL NAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS | 53 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 65 |
| | REFERÊNCIAS | 68 |
| | APÊNDICE - Questionário | 73 |
| | ANEXOS | 75 |
| | ANEXO A – Resolução 207/2018 | 76 |
| | ANEXO B - Resolução 42/2002 | 83 |

1 INTRODUÇÃO

O pensamento ético poderia influenciar a vida das pessoas de maneira transformadora, se essas permitissem não se deixar levar pelos próprios desejos de um coração muitas vezes orgulhoso, egoísta e enganoso. Ser ético, baseia-se na simplicidade da plena consciência do saber ser, estar consciente ou inteirado dos seus direitos e deveres, discernindo acerca de dados, informações e conhecimentos, como se estivessem pré-instalados na memória de cada indivíduo.

É na própria vivência, no contato com o mundo, que o indivíduo encontrará diversos ambientes sociais que formarão novos contornos contextualizados de novas ideias, novas experiências, novas informações que construirão novos conhecimentos para a contribuição de expectativas inovadoras do ser. Sobre esse prisma, a autora Rasche (2014, p. 29) traz a observação, quando diz que:

[...] a noção de ética começa com o indivíduo que ao longo da vida constrói um entendimento de si próprio e do mundo ao seu redor. Nesse entendimento estão o caráter, princípios e valores que o sujeito consciente ou inconscientemente elege como balizadores da conduta, e que servem como orientadores quando é preciso tomar uma decisão, especialmente decisões que carregam apelo moral.

A formação do indivíduo não é algo isolado, mas acontece pelo seu envolvimento perceptivo que vem a eclodir internamente ou externamente como sentimentos e ações voltadas ao meio social. De fato, quando alguém vem a ser ético ou propõe-se a um modelo de vida baseado na ética é porque as ideias dessa pessoa advêm de uma construção sociocultural baseada na família, na religião, nas crenças e nos princípios que cada indivíduo carrega ao longo da vida. Essa colocação faz sentido à ética como ciência da conduta humana e sua dimensão social (RASCHE, 2005b, p. 23). Em qualquer sociedade civil, a ética sofre com o perigo das desigualdades sociais, e de uma forma ou de outra, essa mesma sociedade tem a capacidade de moldar o indivíduo diretamente e indiretamente, seja de forma positiva ou negativa. E, essa sociedade pode, muitas vezes, influenciar a conduta dos indivíduos na tomada de decisões ao se verem pressionados por uma exclusão social de miserabilidade, derivada da corrupção acerbada ou uma capitalização selvagem. Diante dessa condição, por mais que se tenha uma escolha certa ou errada a se fazer, muitos escolherão a errada e alguém dirá, que isso não é justificativa.

Por isso, é razoável a idealização de Rousseau (2001, p. 38-39) ao dizer que todos nascem bons, mas a sociedade os corrompe – um pensamento que ficara conhecido como a “teoria do

bom selvagem.” É evidente, que no uso da crítica construtiva é possível afirmar que isso não é uma regra, mas tem grande relevância no contexto social. Essa abordagem teórica é composta das desigualdades humanas - uma natural/física, e outra moral/política. A primeira diz que o homem, no princípio de suas origens, nascera bom, livre, porque se permitia viver pela simplicidade, mas a segunda, devido ao crescimento populacional, o progresso, traz a convenção necessária de uma sociedade. E, essa sociedade é o que viera a poluir a humanidade com a imposição das diferenças de uns para com outros. Parece que as idealizações humanas não correspondem em sua totalidade àquilo que é positivamente esperado. As diferenças sociais são visíveis, resultado de uma sociedade sempre em transformação, corrompida e corrompedora – permeando a má conduta, a violência, a justiça, a injustiça, a riqueza, a miséria, a ausência do respeito e o cumprimento das leis instituídas pela própria sociedade.

As regras são sinônimas da ordem. E, por sua vez, a ordem é estipulada pelas leis que regem através de regras um país, uma nação, um povo, uma sociedade, ou mesmo, uma instituição que vem a estabelecer regras de conduta de trabalho dentro do recinto das organizações, seja ele público ou privado. Outras vezes, são as profissões que estabelecem regras de conduta, baseadas em um determinado Código de Ética Profissional que cada profissão exige – regras de conduta é o que se poderia chamar de sinônimo da ética. É certo em dizer que tudo na vida precisa de regras e leis para se constituir limites e respeito a ordem. Pois, se não houvesse ordem o mundo seria um caos.

A ética percorre diversos caminhos, inclusive um desses caminhos é o profissional. A Ética Profissional sempre foi algo preocupante no tocante a uma necessidade latente no campo de trabalho e, nos dias atuais essa preocupação não é diferente. A atualidade é um reflexo da perda de valores – valores morais que se assumem revelados na ética/ou na falta de ética, revelados na ausência de respeito pela autoridade secular, autoridade educacional e autoridade da família. Esta última, que outrora se constituía o berço/seio de qualquer sociedade, provedora visionária de cidadãos respeitáveis, pela dignidade e honra construída por uma instituição formadora que hoje já não impressiona positivamente. Resultado de uma instituição em continuo colapso moral, advinda de uma diversidade social de coisas que se somam numa constante “modernidade egocêntrica” composta por um capitalismo cruel e um falso comunismo, levando as pessoas a uma servidão moderna dentro do seu próprio contexto político, econômico e social. E acima de tudo, tornando-se pessoas alienadas alheias aos problemas, acontecimentos ou obrigações que afetam o outro. Inevitavelmente, o progresso

pode trazer tanto o desenvolvimento ao bem comum quanto o colapso às considerações, daquilo que poderia se denominar de moral. Mas, essa saliência vem evidenciar a constante contextualização do dinamismo da ética.

É digno de nota que, fundamentar uma conscientização baseada no conhecimento da Ética Profissional e, no interesse esmerado as atribuições da profissão, trará grande relevância ao campo de atuação profissional da Biblioteconomia. Nesse interim, é relevante mencionar que a Ética Profissional pertence a linha de pesquisa “Formação e Atuação Profissional”, que ressalta a compreensão dos profissionais bibliotecários como de suma importância para a formação e atuação profissional.

Souza (2002, p. 20) corrobora a importância da defesa desse modelo de ética ao dizer:

[...] no interior de uma sociedade profissionalista – serve para que as corporações profissionais busquem afirmar os limites de seus campos, ou seja, para realçar a igualdade de pares, reafirmando suas diferenças (os outros são desiguais) em relação à sociedade mais ampla e em relação à comunidade toda. Em outros termos, serve para que as categorias profissionais universitárias afirmem uma área de reserva econômica, pois daí vem a garantia de sua sobrevivência e subsistência.

De fato, a busca por uma edificação pessoal e profissional, faz-se a importante quando bem estabelecida na ética profissional, uma deontologia da área de formação ou uma especialização que atenda tal requisito.

A pesquisa tem como objetivo estimular os sensores de alerta dos bibliotecários conscientes do seu papel informacional para a sociedade na observância da ética profissional relacionada as diversas atividades que competem a profissão. Um trabalho “a reflexão”, visando reacender percepções concernente a Ética Profissional na prática.

1.1 Questão norteadora

É relevante mencionar que todo questionamento é advindo de um modelo de observação, que se atrela a pensamentos investigativos, direcionando a uma resposta. Em vista disso, no interesse de estabelecer objetivos, na busca em solucionar dúvidas e a condução a uma reflexão, surge a necessidade de uma atitude embasada de caráter investigativo com o intuito de trazer uma resposta a questão problema:

Qual a percepção que os bibliotecários têm das suas atividades em relação à Ética Profissional?

1.2 Justificativa

Esse questionamento conduz ao ponto ao que revela a origem do problema dessa pesquisa. Tal pesquisa fomenta a contribuição para “a reflexão da prática - o fazer dos bibliotecários”, através da promoção da Ética Profissional com vista na qualidade dos serviços de informação e o papel social dos profissionais.

Então, a justificativa para essa pesquisa tem seus fundamentos em algumas observações: *a primeira*, é que não foi observado que alguém tivesse explorado contextualmente trabalhos de conclusão/graduação a temática “Ética Profissional nas práticas bibliotecárias”; *a segunda* justificativa, está baseada na questão da Ética Profissional/ou Deontologia e o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Um questionamento reflexivo sobre a abordagem da Ética Profissional, que afinal é muito bem abordada nas disciplinas em que ela aparece como (Introdução à Biblioteconomia e a Informação e Cidadania). A questão para essa discussão é que a Ética Profissional está aprisionada a disciplinas, algo bem acordado em (BRASIL, 1976, não paginado), Art. 1º, que resolve:

Recomendar aos Conselhos Regionais de Biblioteconomia que promovam os meios necessários junto às Escolas de Biblioteconomia para que, dentro de uma das disciplinas que compõem o currículo da Escola, sejam ministradas aulas de Ética Profissional do Bibliotecário.

Entretanto, a Ética Profissional poderia muito bem representar uma disciplina obrigatória ou no mínimo optativa e não somente inserida - envolto por uma disciplina. Isso serviu de base para inspirações de uma crítica construtiva e reflexiva, favorecendo e valorando a Ética Profissional como merecida de uma maior visualização, maior divulgação e maior foco como disciplina a ser desempenhada durante todo o curso. Pois, segundo esse mesmo documento vem trazendo a disposição sobre esse ensino dizendo: “Considerando que a ética bibliotecária deve ser ensinada aos estudantes de Biblioteconomia ao longo de todo o seu curso.” (BRASIL, CFB, 1976, § 5º, não paginado). A Ética Profissional precisa permear o subconsciente das pessoas para a construção de uma inovação profissional e até mesmo social. E, para isso, essa mesma precisará de maior destaque como disciplina e melhor alcance e permanência no subconsciente dos futuros profissionais. Somente assim, a divulgação dessas ideias mediada pela educação, poderá cristalizar na mente dos profissionais uma nova cultura.

É possível que muitos alunos passem despercebidos concernente ao tema - até mesmo por não ter um ensino de maior extensão e, que devido essa ausência, perde-se uma identidade

referencial como disciplina de suma importância à formação profissional (FONSECA; GARCIA, 2009, p. 10). E, é pela importância da valorização da ética que a disposição responde: “[...] só assim os estudantes de Biblioteconomia poderão interpretar e ter consciência dos princípios éticos inerentes à profissão a que se dedicarão.” (BRASIL, CFB, 1976, § 6º, não paginado). No entanto, analisar a percepção dos alunos do curso de Biblioteconomia e a Ética Profissional em meio a sua formação, caberá a uma outra discussão aqueles interessados na pesquisa. Para o momento, esse trabalho não visará analisar alunos/estudantes da área de formação do curso Biblioteconomia, mas sim profissionais que já atuam há um certo tempo no mercado.

É considerável saber que no princípio desse trabalho, tinha-se como foco das pesquisas um “ambiente” populacional a (Biblioteca Augusto César Leite – IFS-Campus Aracaju), porém devido ao baixo quantitativo populacional de somente (01) bibliotecário – o foco fora direcionado para outro ambiente com maior concentração de bibliotecários, totalmente ausente de qualquer tipo de pesquisa em especial com referência a temática “Ética Profissional nas práticas bibliotecárias”. Esse novo ambiente é a Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB). Desse modo, a escolha da pesquisa se volta a tratar com especificidade da “população” bibliotecária situada no “ambiente” da (Diretoria Geral de Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe).

A temática tem grande respaldo no aspecto referente à formação e à atuação no mercado de trabalho. Concernente a isso, é razoável afirmar que as práticas de um bibliotecário dizem muito sobre sua formação profissional. E, por conta do seu desempenho no mercado de trabalho, trazer uma reflexão sobre sua formação e sua posição profissional frente a ética se faz importante. Ressaltando, que o intuito maior na pesquisa visa analisar as percepções dos bibliotecários que já atuam na área e sua relação com a Ética Profissional.

A compreensão do saber sobre a Ética Profissional na Biblioteconomia, inserida na reflexão das práticas bibliotecárias, denota interesse em reconhecer a importância desse modelo de ética na vida profissional, favorecendo harmoniosamente a uma melhor qualidade do bibliotecário consciente de seu papel social e sua identidade profissional, voltada as boas práticas biblioteconômicas.

Os profissionais bibliotecários devem estar interessados com o fazer de suas atividades, preocupados com a qualidade dos serviços de informação desempenhados, construídos e fornecidos ao usuário/cliente. A possibilidade para tal conquista se faz não somente pela

competência profissional que já é fundamental, mas atrelada a essa deve vir a competência ética bibliotecária como fator diferenciador, tornando o profissional ímpar dentro de sua área de formação e atuação.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

- Analisar a percepção dos bibliotecários com respeito a Ética Profissional em suas atividades profissionais.

1.3.2 Específicos

- Identificar como os bibliotecários aplicam o Código de Ética ao seu fazer profissional.
- Observar a importância que os bibliotecários apresentam sobre à Ética Profissional.

É a partir da questão norteadora dessa pesquisa, dos objetivos apresentados que, através de um estudo de caso, espera-se refletir sobre a Ética Profissional embasada nas práticas bibliotecárias, discutindo sobre as percepções que os bibliotecários têm sobre o assunto. Tal estudo é impulsionado pelo reconhecimento da importância da Ética Profissional na atuação dos bibliotecários e da aplicação do “Código de Ética Profissional” nos serviços informacionais.

Este trabalho está dividido em seções, tais como: Introdução, seguida do Referencial teórico, além da metodologia, resultados e discussão e considerações finais. Por fim apresentam-se as referências, apêndice e anexos.

2 ÉTICA – UM BREVE HISTÓRICO

A origem da palavra ética é advinda “de duas palavras gregas: *éthos*, que significa ‘o caráter de alguém’, e *êthos*, que significa ‘o conjunto de costumes instituídos por uma sociedade para formar, regular e controlar a conduta de seus membros.” (CHAUÍ, 2010, p. 382). Sanchèz Vázquez (2011, p. 24) diz que a “ética vem do grego *ethos*, que significa analogamente ‘modo de ser’ ou ‘caráter’ enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem.”

Por mais que se comente o surgimento da ética incorporado às muitas filosofias da Grécia Antiga, pode-se dizer que a ética sempre existiu como herança pertencente à humanidade. A ética se confirma desde o surgimento da vida humana na Terra, moldando-se por uma consciência dos direitos e deveres, frente às relações sociais em família, em sociedade e em organizações. Campos et al. (2014, p. 3-4) coaduna-se com a ideia de Sorj ao admitir que a ética já era praticada desde a antiguidade humana entre muitas culturas que misturavam mito e religião, pautando-se em regras de comportamento para o convívio em sociedade. Visto que em sua essência o homem (os seres humanos) é um ser social, que se coloca à disposição do construtivismo e uma representatividade na sociedade em que vive.

A respeito dos estudos sobre a difusão da ética e sua própria definição, sabe-se que o grande precursor da eclosão desta no Ocidente ainda no período Clássico foi o filósofo Sócrates, conhecido como pai da ética – segundo os gregos, e para quem o indivíduo somente seria ético se cumprisse com os seus deveres em sociedade de modo correto (CAMPOS et al., 2014, p. 1). Sócrates buscava, através da ética, “o humano ideal” para a construção de uma sociedade também ideal. Para ele, o saber a respeito do homem se constitui como fundamental e também sua máxima que dizia: “*conhece-te a ti mesmo*, que se caracteriza, por sua vez, por estes três elementos: 1) é um conhecimento universalmente válido, contra o que sustentam os sofistas; 2) é, antes de tudo, conhecimento moral; e 3) é um conhecimento prático (conhecer para agir retamente).” (SANCHÈZ VÁZQUEZ, 2011, p. 269). Para Sócrates, o homem precisava se autoconhecer para compreender a si próprio, buscando entendimento através da reflexão – dos seus limites, dos seus valores e sentimentos para agir corretamente. Em sequência, Platão argumentava sobre as relações da ética com a virtude, mencionando o bem como forma de vida na integralização da inteligência associada ao prazer. Em outras palavras, Platão menciona que somente é possível ser ético, se tiver virtudes. São as virtudes que direcionam o homem em sua existência ao bom caminho. E, continuando no pensamento filosófico da ética, Aristóteles afirma que a mola que impulsiona a conduta humana é a eterna

busca do homem pela felicidade, conforme Gomes (2009, p. 147-148). Aristóteles procura relacionar a ética com a conduta humana que incessantemente visa a felicidade. É essa conduta imposta pelo homem que irá refletir sua atuação comportamental na sociedade em que vive.

Pode-se dizer que Aristóteles é uma das figuras mais discutidas e emblemáticas da antiguidade ocidental ao expressar a ética atrelada à conduta humana, evidenciando uma subjetividade da convivência social nas relações humanas do dia a dia e profissional. Construindo reflexões indagadoras sobre a conduta humana na busca pela felicidade, o filósofo traz questionamentos acerca da sua conquista, que refletindo, seria através do aprendizado, por hábito, por ensinamento, resultado das virtudes ou uma providência divina. Sua investigação, assim, procura saber o que se pode conseguir pela conduta do homem, considerando esse como um ser real repleto de qualidade e defeitos. Bem diferente dos animais, por questões diversas, como por exemplo: o raciocínio – reflexão; planos futuros; planejamento – organização; a inquietação por justiça, paz, preocupação com a saúde, viver bem; a obtenção por informação; a construção do conhecimento; ter objetivos e poder realizá-los e enfatizando a constante busca pela felicidade (ARISTÓTELES, 1940). Todas essas coisas denotam que os seres humanos não podem ser definidos pela simples razão. Isso acontece pela complexidade humana, compreendida por muitos sonhos, desejos, dúvidas e virtudes - em meio às adversidades sociais.

Demarcando a contextualização histórica da experiência humana referente a ética, Sá (2013, p. 3) menciona os trabalhos de Pitágoras, os antigos fragmentos escritos e as obras de Aristóteles, que surgem de modo preciso por volta do século VI a.C., época em que a Filosofia refletia o seu momento conhecido como razão crítica. Salientando esse princípio histórico, Sanchèz Vázquez (2011, p. 26) diz que essa ética se apresentava como parte de uma filosofia especulativa, não levando em consideração a ciência nem tão pouco a vida das pessoas. A única preocupação dessa ética filosófica era a concordância com princípios filosóficos universais, mais do que com a realidade moral. De fato, isso ocorria por não existir um conhecimento científico dos diversos setores da realidade humana, então a Filosofia se concentrava como um saber total ocupando-se de tudo. Somente com os tempos modernos que as abordagens científicas progrediram a novos setores como o da própria realidade social do homem, e, em decorrência, os códigos éticos tomaram formas mais reais nas teses dos grandes filósofos, enriquecendo assim os debates sobre a ética (GOMES, 2009, p. 147).

Sanchèz Vázquez (2011, p. 267) diz que “as doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e, em particular, pelo seu comportamento moral efetivo.”

Para Campos et al. (2014), a ética surge pelo princípio da necessidade, da vontade por uma educação que se permita um melhor envolvimento com outros na busca pelo entendimento dos costumes e o seu valor social, compreendendo o caráter, o senso moral e a consciência moral dos indivíduos.

A complexidade da ética é concretizada por seus diversos caminhos de culturalidade percorrido que remete a cada ser, cada instituição, cada sociedade, cada época, cada momento político-social; e como uma herança perpetuada na história, retoma valores morais fundamentais por uma necessidade da própria ordem de regras. Segundo Chauí (2010, p. 382):

[...] a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral porque somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fossem naturais ou fáticos, existentes em si e por si mesmos. [...] para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a *naturalizá-los*, isto é, a fazer com que sejam seguidos e respeitados como se fossem uma segunda natureza.

Chauí (2010, p. 382) argumenta, ainda, que a essência moral é uma criação histórico-cultural, dependente das decisões e ações humanas. Diversas situações podem surgir na vida, trazendo dúvidas quanto a qual decisão tomar sobre o que é certo e errado, ao que é justo e injusto. Porém, essas não manifestam o senso moral (o sentimento) de cada indivíduo. Por outro lado, põe à prova a consciência moral pela exigência da decisão ao assumir consequências e responsabilidades (CHAUÍ, 2010, p. 379-380).

Sanchèz Vázquez (2011, p. 28) também aprova um contexto histórico ao dizer que moral tem suas transformações no decorrer da história humana, vinculada aos processos de autocriação manifestados de maneiras diferentes e, relacionando-se entre as formas de materiais existentes e formas espirituais que se encaixam na vida moral. Diante disso, fica claro que o comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prático nas suas transformações do mundo que o rodeia. Esse comportamento da natureza humana não é algo eterno, imutável, mas está sujeito aos processos transformadores para a constituição da história humana, conforme salienta (SANCHÈZ VÁZQUEZ, 2011, p. 28). O complicado

mundo da ética fundamenta-se nos valores morais associados ao senso e à consciência moral. A ética está entrelaçada à moral e vice e versa.

Sanchèz Vázquez (2011, p. 22) comenta que “assim como os problemas teóricos morais não se identificam com os problemas práticos, embora estejam estritamente relacionados, também não se pode confundir a ética e a moral. A ética não cria a moral.” O autor afirma que, não se deve confundir a ideia da teoria conceitual da ética com seu objeto de estudo “a moral” (SANCHÈZ VÁZQUEZ, 2011, p. 23).

2.1 Conceito de Ética e a Moral

Ética

Bentham (1979, p. 63) considera a ética como “[...] arte de dirigir as próprias ações do homem, pode ser denominada a *arte do autogoverno*, ou seja, *ética privada*.” O próprio autor, também considera a ética como uma ciência, que se volta a ensinar ao homem a ter determinação de tentar meios úteis que levem aos seus objetivos (BENTHAM, 1979).

A *ética* pode ser entendida na visão de alguns autores, como Ferreira (2001, p. 300), que diz que a ética é o “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal. Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.” Segundo Abbagnano (2007, p. 380):

Em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1- a que a considera como ciência do /zm para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem; 2- a que a considera como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. Essas duas concepções, que se entremesclaram de várias maneiras na Antiguidade e no mundo moderno, são profundamente diferentes e falam duas línguas diversas. A primeira fala a língua do ideal para o qual o homem se dirige por sua natureza e, por conseguinte, da "natureza", "essência" ou "substância" do homem. Já a segunda fala dos "motivos" ou "causas" da conduta humana, ou das "forças" que a determinam, pretendendo ater-se ao conhecimento dos fatos.

Gomes (2009, p. 147) concorda no conceito de ciência da conduta, delineando também duas concepções para análise dessa como ciência, tal como “[...] deve orientar a conduta dos homens e dos meios para atingir o ideal humano, ou [...] que trata do que mobiliza a conduta humana [...] desejo de sobrevivência, na busca de satisfação e da felicidade.” Sanchèz Vázquez (2011, p. 23-24) conceitua: “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. [...] ciência de uma forma específica de comportamento humano.

[...] ciência da moral, [...], de uma esfera do comportamento humano.” Sá (2013, p. 3) “como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.”

A essência da ética tem sua abordagem inevitável na contextualização humana, como acontece ao ramo da filosofia e seus tratados, seja até por parte do indivíduo comum e sua vivência vinculada às representações sociais. Refletindo sobre tal essência, Rasche (2014, p. 28) apresenta a ética como:

[...] como um desejo representando uma conduta exemplar. [...] como uma prática, a conduta humana propriamente dita, seja qualificada como exemplar ou não. [...] a reflexão entre o desejo de uma conduta exemplar e a conduta efetivamente praticada. [...] a ética representa um esforço humano para encontrar um ponto de equilíbrio diante das relações que se estabelecem na sociedade a partir da reflexão, do diálogo, do bom-senso.

Compreender a ética envolve tomá-la como uma ação ao guiar as relações diretas com a cultura, do meio onde os indivíduos se encontram envolvidos em costumes, crenças e suas representações de escolhas. Mischiati e Valentim (2005, p. 211) concordam com a literatura a respeito da conceituação sintetizada ao tratar a ética como “ciência da conduta”. Segundo Côrte e Ferreira, citados por Mischiati e Valentim (2005, p. 211), conceituam ética como ciência, que visa o discernimento e a apreciação do bem e do mal, relacionando-se a conduta humana num contexto social. Define, ainda, como estudo dos juízos de apreciação da conduta, que se volta a uma qualificação.

Russo (2010, p. 153) vem expressar a ética como uma conduta sábia baseada em normas orientadoras que visa a reflexão da moral e seus costumes na forma de como agir e qual ação tomar. Dessa maneira, a ética configura-se pela liberdade de escolhas. Rasche (2005a, p. 37) corrobora com autores diversos em sua dissertação de mestrado, trazendo a ética como ciência da conduta humana, citando Abbagnano que compreende a ética “[...] ‘como ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal fim,’ deduzidos da natureza do homem. [...] ‘como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta’.” A mesma autora termina em definir a ética como “teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.” (RASCHE, 2005a, p. 37). Porém, a mesma confirma que tal palavra tem usos diversos e que, ao defini-la, consome-se tempo por sua variedade de sentidos, tornando-a de difícil definição (RASCHE, 2014).

Segundo Campos et al. (2014, p. 5), a ética é um reflexo conduzido por um código moral sobre a subjetividade do indivíduo ao lidar com as situações de prescrições de conduta e da

aceitabilidade integral ou não dos valores considerados como normas. Em outras palavras, como as pessoas encaram esses valores?

Moral

Já a *moral* pode ser entendida como um conjunto de normas e regras, que se destinam a regular as relações das pessoas dentro de uma comunidade social, afirma Sanchèz Vázquez (2011, p. 37). Abbagnano (2007) associa a moral a ética e ao mesmo tempo trata a moral como objeto da ética. Isso é observado quando elenca:

1. O mesmo que Ética. 2. Objeto da ética, conduta dirigida ou disciplinada por normas, conjunto dos *mores*. Este adjetivo tem, em primeiro lugar, os dois significados correspondentes aos do substantivo moral: 1º atinente à doutrina ética, 2º atinente à conduta e, portanto, suscetível de avaliação M, especialmente de avaliação M. positiva. Assim, não só se fala de atitude M. para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também coisas positivamente valoráveis, ou seja, boas. (ABBAGNANO, 2007, p. 682).

A infelicidade da moral encontra-se nas variações temporais que sofre em seu percurso, concernente à sua função e validade diante das diferentes sociedades. Não resta dúvida que a moral se concretiza como um fato histórico, concebendo a ética como a ciência que a estuda, inserindo-se na realidade humana repleta de mutações favorecidas pelo tempo. Sua historicidade é explicada pela maneira do homem (as pessoas) estabelecer modelos de comportamento, caracterizando-se a constante renovação na sua existência material, prática e espiritual (nesse enquadra-se a moral). Sorj (2009, p. 31-32) diz:

[...], a reflexão sobre o mundo social é influenciada pelas transformações da sociedade e as novas realidades culturais afetam e modificam nossa percepção do que seja conhecimento da sociedade. [...] Toda realidade social é histórica, mutante, as sociedades se modificam e junto com elas os valores. Os problemas que são relevantes numa época não o são em outra.

Na discussão dos pensamentos de Weber citado por Sorj (2009, p. 32-33), afirma-se que a Ciência não tem o poder de decisão com respeito às escolhas dos valores, isso deverá caber a cada cultura e seu tempo, considerando-se que a Ciência trata do mundo empírico e os valores pertencem às crenças e à fé. Nesse sentido, o homem está subjugado entre duas vertentes: o peso que a cultura tem sobre suas escolhas e a multiplicidade de valores que perpassam a sociedade, comprometendo o cumprimento total dos valores morais. No fundo, as escolhas e prioridades tomadas serão evidenciadas pelas crenças e valores que cada um expressa.

Maquiavel (2011) menciona o descaminho enganoso que o ser humano usa para se distanciar daquilo que é ético em prol do poder. O filósofo alegava que a prática do poder estava acima da ética, considerando tudo como válido para se conquistar e manter-se no poder. Admite,

ainda, certas coisas pelo simples fato de acreditar que o ser humano é essencialmente um ser desacreditado, negativado por praticar o engano e não confiável. A representatividade de sua obra trata bem a imoralidade da prática do poder, sendo algo aceitável por quase uma totalidade dos políticos e estadistas. Independentemente de qualquer modelo de gestão administrativa, de qualquer modelo de governo, sempre haverá, infelizmente, “a cultura imoral” na prática do poder, no descaso com o trabalho, na falta de ética no fazer profissional, seja ela existente em pequeníssima ou grande escala.

E a ética profissional? A ética profissional é comumente submetida ao desprezo. Diante dessa visão incrédula e negativa do ser humano, o filósofo concorda que as mudanças temporais/sociais são inevitáveis quando diz: “[...] o tempo tudo arrasta consigo e que, assim, ele pode trazer o bem como o mal, o mal como o bem.” (MAQUIAVEL, 2011, p. 15). O pensamento filosófico doutrinário de Maquiavel admite ser coerente a obtenção de uma mentalidade corrompida por desejos egoístas na visão de algo maior. Compreende, ainda, de forma negativa, que a corrupção é algo inerente ao ser humano e inevitável. As ações humanas envoltas em tramas (muitas vezes assassinas) e farsas (falsidades que derrocam poderes e a própria integridade) se fundamentaram na maneira de observar e analisar certas práticas como “pensamento maquiavélico” em alusão ao nome daquele que afirmara tais doutrinas como coerentes às necessidades humanas e que as mesmas estariam acima de tudo.

Processos como esses são aceitáveis pela sociedade, mesmo aqueles que ainda estão em ebulição, denotando uma positividade no melhor desenvolvimento das relações sociais e culturais. Perante certas sociedades, o que era imoral tornou-se moral, o que era aceitável agora se converge como inaceitável para a sociedade atual e vice-versa. Isso é bastante significativo, quando se tratar da moral como algo mutável, diante de uma sociedade que sempre está passando por processos de alterações, porém é razoável salientar que as mudanças não são absolutas, algumas permanecem as mesmas sejam boas ou ruins. O que se pensava antes, não se pensa mais na atualidade – normas e regras de conduta que pertenciam a uma dada época ficaram para trás. Cada momento tem o seu tempo, cada tempo tem suas mudanças, o tempo não para, o tempo tem seus movimentos empregados pela constância. Argumentando ainda sobre os processos de transformações sociais, o autor diz:

O significado da vida social muda com cada cultura, [...] o significado que os fatos sociais têm para os indivíduos mudam de sociedade em sociedade. [...] fenômenos sociais dependem de cada cultura e mudam com as transformações sociais que geram constantemente novas e imprevisíveis realidades. [...] Novas realidades sociais exigem novas análises [...] (SORJ, 2009, p. 32).

Até mesmo os sentimentos interferem para as mudanças – sentimentos como amor, compreensão, empatia, solidariedade, piedade, indignação e responsabilidade entre outros, movem as pessoas a ações que denotam o seu senso moral. De fato, sempre haverá situações difíceis que se precisará tomar alguma decisão. Por outro lado, segundo Chauí (2010, p. 380) as “[...] dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam nosso senso moral (isto é, nossos sentimentos quanto ao certo e o errado, ao justo e o injusto), mas põem à prova nossa consciência moral, [...]” A autora argumenta a relevância em compreender a consciência moral como aquela que desperta um sensor:

[...] senso moral humano, isto é, a maneira como avaliamos nossa situação e a de nossos semelhantes segundo ideias de justiça e injustiça. [...], a avaliação de nosso comportamento segundo ideias como as de certo e errado. [...], a maneira como avaliamos a conduta e a ação de outras pessoas segundo ideias como as de mérito e grandeza da alma. [...] a maneira como avaliamos as condutas alheias segundo ideias como as de justo e injusto, certo e errado. (CHAUÍ, 2010, p. 379).

A princípio as primeiras análises sobre a ética foram confusas, comparando aos costumes, relacionando as ações ou virtudes humanas como éticas. O conceito de ética não deve de modo algum ser confundido com a moral. Mas é preciso entender que a moral é o objeto de estudo da ética. E esta moral tem seus objetos de valores como a cultura, as crenças, os costumes, as virtudes, os sentimentos que qualificam e fundamentam o caráter de cada ser. Dessa forma, Mischiati e Valentim (2005, p. 210) consideram a moral como uma regulação de valores (qualidades) e comportamentos (ações) legitimados e praticados por uma sociedade. A moral compreende um conjunto de regras ou práticas bem estabelecidas por costumes e convenções histórico-sociais para a satisfação de todos (MISCHIATI; VALENTIM, 2005, p. 212-213).

Sanchèz Vázquez (2011, p. 24) procura relacionar a moral e a ética ao dizer que uma é objeto (a moral) da outra que se adequa como ciência (a ética). E por conta do melhor entendimento conceitua a moral do seguinte modo: “[...], *moral* vem do latim *mos* ou *mores*, ‘costume’ ou ‘costumes’, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem.” (SANCHÈZ VÁZQUEZ, 2011, p. 24). Chauí (2010, p. 381), corrobora com a mesma ideia ao dizer “a palavra moral vem da palavra latina *mos*, *moris*, que quer dizer ‘o costume’; no plural *mores* significa os hábitos de conduta ou de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas.” O *Dicionário Aurélio*, conceitua a moral trazendo cinco concepções:

1. Conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos, quer de modo absoluto, quer para grupo ou pessoa determinada. 2. Conclusão moral duma obra, fato, etc. 3. O conjunto das nossas faculdades morais; brio. 4. O que há de moralidade em qualquer coisa. 5. Relativo à moral. (FERREIRA, 2001, p. 471).

Complementando os conceitos, Rasche (2005a, p. 38) apreende de Tavares a consideração da moral como “um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e as comunidades [...]” Salientando outros autores, Russo (2010, p. 153) diz que a moral está “[...] vinculada a um universo concreto, geográfica e temporalmente delimitado. [...] se atém à realidade dos costumes, [...] sendo mais coercitiva socialmente [...]”

Decerto que a moralidade é importante para a regulação das relações sociais. E, é por conta dessas relações, que Rousseau acreditava numa consciência fundamentada na moral para o desenvolvimento da boa conduta ao dizer:

Em todas as questões de moral [...], sempre consegui resolvê-las mais pelos ditames de minha consciência do que pelas luzes de minha razão. O instinto moral nunca me enganou: até agora manteve sua pureza em meu coração o suficiente para que eu possa me entregar a ele e, se algumas vezes em minha conduta ele se cala diante de minhas paixões, recupera seu domínio sobre elas em minhas lembranças. É nelas que julgo a mim mesmo com tanta severidade quanto serei julgado, talvez, pelo juiz soberano depois desta vida. (ROUSSEAU, 2008, p. 48).

A força de uma consciência moral nos compele a uma boa gestão de nossas práticas éticas. A mesma também deverá comportar-se como um sensor avaliador das ações humanas. Para que isso ocorra com maior sucesso, é razoável observar a formação de nossa própria consciência, que está estruturada por ambientes e fatores diversos. É preciso reconhecer essa consciência como uma segunda voz, uma segunda opinião orientadora a nos confirmar a direção correta.

3 ÉTICA PROFISSIONAL NA BIBLIOTECONOMIA

3.1 Formação Ética Profissional

A valoração de uma formação baseada na ética é fundamental pela análise que essa faz dos valores morais referentes à conduta humana. Pelos mesmos motivos, ela se faz complexa quando busca um meio termo, um ponto de equilíbrio nos anseios dos indivíduos nas suas relações sociais e na própria reflexão da sua conduta. Dessa forma, faz-se necessário um maior aprofundamento e frequência nos conhecimentos aplicados na formação dos futuros profissionais bibliotecários no que concerne ao ensino da ética e suas ramificações de ética profissional/deontologia (FONSECA; GARCIA, 2009, p. 10). E, por conta disso, que “a disposição” a respeito do ensino de ética bibliotecária aborda em alguns dos seus parágrafos, as seguintes considerações:

Considerando que a educação do bibliotecário deve ter como uma de suas finalidades o colocar-se a serviço da sociedade; Considerando que a educação do bibliotecário deve estar intimamente relacionada com uma prestação cada vez melhor de assistência documental e informacional; Considerando que é responsabilidade das Escolas de Biblioteconomia a formação de profissionais conscientes de responsabilidades para com a comunidade; Considerando que a ética bibliotecária deve ser ensinada aos estudantes de Biblioteconomia ao longo de todo o seu curso; Considerando, ainda, que só assim os estudantes de Biblioteconomia poderão interpretar e ter consciência dos princípios éticos inerentes à profissão a que se dedicarão. (BRASIL, CFB, 1976, § 2º-6º, não paginado).

A ideia é não evidenciar interesses próprios, mas torná-los compatíveis a uma coletividade embasada através de uma consciência de aprendizagem ética, contrária ao egoísmo e fundamentada no aspecto do humanismo social, salienta Rasche (2014, p. 30). Fazer tal tratamento ético não é uma tarefa fácil, pois o equilíbrio por mais que seja uma necessidade tem também suas dificuldades. Enfatizando, a complexidade e admoestando fatores que afetam a ética das pessoas, Mischiati e Valentim (2005, p. 210-211) afirmam que alterações na economia, mudanças políticas, tendências em tecnologias, interesses e necessidades pessoais, o próprio ambiente vivido e a cultura podem exercer influências nas pessoas.

É na formação acadêmica que se constrói uma identidade com tendências e representações sociais fortalecendo a imagem da profissão e dos seus membros na sociedade, contextualizando o surgimento das discussões sobre ética profissional. De acordo com Rasche (2014, p. 31-32) “a ética profissional é um componente essencial para a existência de uma profissão, pois a conduta dos seus membros desenha sua interlocução com a sociedade e os usuários dos seus serviços. [...] A ética profissional trata da conduta dos membros de uma profissão.”

São os princípios de valor familiar e os ensinamentos acadêmicos que poderão constituir-se de base fundamental para a construção da ética/ética profissional. Para Sá (2013, p. 49), valores e ensinamentos apreendidos tem residência na mentalidade e na espiritualidade, compondo-se no interesse ao estudo da ética. A apreensão dos valores e ensinamento ocorre por acúmulo de informações transformadas em conhecimento – esse conhecimento passará mentalmente por processos de análises na tomada de alguma decisão, como indicado abaixo por Sá (2013, p. 56):

| |
|---|
| CONSCIÊNCIA → CONSEQUÊNCIA DE VONTADE → CONDUTA |
|---|

A consciência é uma reflexão que se revela no discernimento das escolhas tomadas pelo que muitos chamariam de senso moral. Toda essa consciência é constituída por percepções, orientações, motivações educacionais, o ambiente vivido, as convivências processadas pela experiência e por algum modelo de educação formadora. Esses fatores se configuram para a construção das consciências boas e ruins. Como observado, a formação do indivíduo pode sofrer alterações diante de muitas adversidades, especialmente quando a educação tem suas deficiências ambientadas na indiferença. Inevitavelmente, o meio em que se vive exerce grande influência na vida das pessoas, exigindo algumas vezes de cada um real esforço na preservação do caráter. Sá (2013, p. 57-58) diz que muitas coisas podem contribuir para uma degradação do caráter como:

[...], as matérias da mídia eletrônica que, através de programas de violência e perfídias, deformam o caráter dos tele e áudio espectadores, em difusões desqualificadas. O que se tem oferecido como “infantil” em muitas matérias difundidas pelos vídeos são expressões de terror, de violência, do “olho por olho, dente por dente”, dos códigos do fanatismo normativo (quer religioso, quer social). [...] O mesmo ocorre com as publicações de revistas e livros de má literatura que, em vez de motivarem a virtude, contrariamente, alimentam o vício e a degradação de costumes. Vivemos em uma época em que proliferam veículos de má qualidade e, sob o pretexto de liberdade, é praticada uma corrosão moral educacional, tudo com a complacência de muitos pais, professores e especialmente do Poder Público (que, no caso, entendo, pratica uma falsa democracia, sendo o grande poder responsável pelos defeitos educacionais decorrentes).

A formação e atuação profissional dos muitos indivíduos recebem influência por essa “modernidade” permissiva, apartada de ausência dos princípios morais, da indiferença e da despreocupação com uma ética. Uma situação que remonta originalmente uma formação cultural defeituosa. Para Sanchèz Vázquez (2011, p. 23) é preciso entender a cientificidade da ética como uma disciplina necessária para os estudos dos problemas morais e consequentemente a formação profissional, mas as abordagens científicas em torno de uma formação pela ética não são satisfatórias e menos ainda sua prática, imersa em tradições

especulativas e aspirações do positivismo. Segundo Sá (2013), a formação da pessoa em sua essência tem fundamental importância ao dizer que:

a formação do “eu”, onde se aninham os princípios que devem nortear a vida moral, tem sofrido, infelizmente, o ataque de difusões que influem no pensamento, criando imagens distorcidas de uma realidade necessária ao equilíbrio e ao respeito social (os episódios que se sucedem na atualidade são provas dessa verdade). [...]. Quando não ocorre a produção educacional básica, competente para influir mais que a má qualidade da mídia eletrônica, a tendência é de que os elementos difundidos formem modelos mentais contrários às virtudes. (SÁ, 2013, p. 58).

Expectativas negativas relacionadas à formação do “ser”, se não corrigidas, podem ocasionar um desastre social, surgindo transgressões de moral e ética influenciando seres que ainda não têm uma mentalidade bem formada, associada a uma falsa liberdade de expressão que se populariza na libertinagem, ocasionando a corrosão dos bons costumes e a instalação do caos na sociedade. Diante de uma situação de prevenção ou de reformulação social, é vital que as famílias e as classes sociais venham a estar resolutas no aprimoramento e melhoria das virtudes como deveres da ética, reconhecendo a necessidade das bases sociais como uma força importante na perseverança de luta pela ética. De acordo com Rasche (2005, p. 133), a ética pode ser aprendida:

na convivência familiar, com os amigos e no comportamento em geral; é preciso ser maleável diante das situações para ter uma ética na vida e na profissão. Como a ética depende de valores morais, religiosos e políticos [...] uma formação de ética vem de casa, da educação que os pais dão, dos valores religiosos e morais de respeitar o outro, de como tratar as pessoas [...]

A constituição de uma boa formação da consciência deve ser motivada por um ambiente salutar que promova o estímulo pela moral e suas virtudes, um espaço para bons exemplos de motivação e de acompanhamento frequente ao aprendizado. Dentre os modelos de conduta, o ensino educacional, seja aquele aplicado na família, aquele aplicado na escola do ensino básico ou na formação superior, deveria conduzir à capacidade de discernimento dos seres sobre aquilo que tem maior relevância não somente para a vida de uma única pessoa, mas de todos do meio social. Em qualquer formação, o que se espera é que os profissionais tenham uma consciência de que a construção do bem é o triunfo a ser alcançado. Aristóteles (1940, p. 42) corresponde muito bem a isso, quando diz: “[...] pois o bem que procurávamos é humano, e humana a felicidade que se buscava.” Sá (2013, p. 63) argumenta que “a formação da consciência ética não pode deixar lacunas para as dúvidas e quando as virtudes são de importância maiúscula, é preciso que a educação para elas mereça um destaque também maior.” Por isso, é relevante uma formação pela ética e a busca por informação que a

compreenda, visto que ela própria sempre está se modificando, pautando-se em processos de mudanças, inquietações e novas prescrições de moral, segundo Rasche (2005a, p. 133).

Sá (2013, p. 64) também reconhece as grandes mudanças ao expressar que “as modificações sociais foram grandes nos últimos trinta anos e que a face do mundo alterou-se quanto a costumes, mas é preciso almejar uma nova civilização, sem destruir as raízes da virtude e que são perenes.” Uma boa formação ética deve abranger todas essas transformações pela “[...] noção que compreende a ética como construção, que permite o questionar, que vê na diversidade de pensamento e ação, não uma limitação para um agir ético, mas, sim a possibilidade de construir tal agir a partir de discussão, de consenso.” (RASCHE, 2005a, p. 133). É bem verdade que a ética é retratada merecidamente como uma ciência, tendo o ser humano como interesse de análise e a moral como objeto.

Em ênfase, o que dizer de uma formação ética que trate especificamente de Ética Profissional na área de atuação? Referindo-se à Biblioteconomia como curso de formação ou área de atuação, tal temática como disciplina teria expressiva importância no fortalecimento qualitativo profissional. Reacendendo essa vitalidade ao abordar justamente a Ética Profissional como uma disciplina que deveria estar inserida no curso de Biblioteconomia, Rasche (2005a), argumenta que compreende a ausência de um foco maior desta como disciplina, citando, assim, algumas instituições acadêmicas que vêm tratar de Ética Profissional num segundo plano, oferecendo esta como disciplina optativa e até mesmo mencionando-a inserida em outras disciplinas, e ainda reacende a reflexão de bibliotecários que confessam saírem do curso sem nenhuma visão do que venha ser ética. É fato, que há a necessidade de uma formação da ética – a construção do ser ético e de agir com ética no fazer bibliotecário.

Entretanto, não se assume diretamente a temática “Ética Profissional” como uma disciplina obrigatória para os cursos de Biblioteconomia. Certamente, que isso deva acontecer no futuro. Então, esse trabalho também corrobora na pretensão de estimular tal propósito para que esse futuro seja alcançado. Tal situação, pode se evidenciar na construção da identidade profissional e no mercado de trabalho. Uma boa formação ética deve ser cabível a todos os profissionais. A ética somente vem agregar valor ao perfil do profissional que almeja ser visto como alguém capaz (capacitado) por qualidades (qualificação) que farão a diferença na sua atuação profissional. Para Cuartas, Pessoa e Costa (2003, p. 195), que reflete sobre a importância da profissão, a formação e o desempenho do bibliotecário, quando diz: “[...]”,

surge imediatamente o fato de tratar-se de profissão regulamentada por lei federal, exigindo do profissional um saber técnico-científico que tem o sentido de oferecer ao cidadão a prestação de serviços por profissionais habilitados.”

Para Sorj (2009, p. 35), nem sempre a ciência irá decidir os valores que temos que escolher, ressaltando que os mesmos são influenciados mediante uma contextualização social. Esclarecendo esses processos sociais o autor ainda confirma:

[...] as ciências sociais possuem um papel importante na vida política, pois favorecem uma ética da responsabilidade, isto é, uma ética que não se funda somente em valores absolutos, mas que leva também em conta as consequências práticas da ação política. (SORJ, 2009, p. 35).

Isso é compreensível porque essa política envolverá sempre nossa responsabilidade com o bem fazer na gestão daquilo que pertence a coisa pública, seja ela, uma empresa ou um determinado público, requererá habilidades, planejamento, estratégias e bom relacionamento humano.

3.2 Atuação Ética Profissional

Diante da grande diversidade da vida moderna, a ética propõe direcionar o homem ao discipliná-lo a ter maior determinação, motivando a uma conduta correta baseada na moral. A proposta da ética é trazer uma aplicação prática à vida cotidiana de cada cidadão, no aspecto das relações de convívio com outras pessoas e de trabalho. Sobre isso, Rasche comenta as palavras de Singer ao tratar a ética, quando diz:

[...]; não é algo inaplicável na prática (a questão fundamental dos juízos éticos é orientar a prática); [...]”. Em outro trabalho a mesma autora diz: “[...] a importância de ser agir eticamente para preservar a coerência e responsabilidade social da profissão. (RASCHE, 2014, p. 27).

Ser ou agir com ética profissional tem sua coerência confirmada nas responsabilidades de trabalho assumidas. Sá (2013, p. 3-4) diz que isso faz muito sentido por envolver uma apreciação de medida do valor das virtudes em relação as intenções e atuações comportamentais do homem.

Ainda, referente às atividades práticas, Sanchèz Vázquez (2011, p. 28) destaca que “[...] a moral é inseparável da atividade prática do homem – material e espiritual -, a ética nunca pode deixar de ter como fundamento a concepção filosófica do homem que nos dá uma visão total deste como ser social, histórico e criador.” Isso acontece porque a moral faz parte de sua criação, formação e origem humana – inerente a cada ser.

Rasche (2005a, p. 135) declara que o profissional que procura ser ou ter a noção de ética é porque gosta da sua profissão. E, de fato, quando se gosta da profissão, a busca pela ética profissional ficará evidente na identificação, no envolvimento, na seriedade que desenvolver o trabalho e a identidade com os colegas de profissão. Às vezes, a ética acontecerá naturalmente pelo desejo em fazer as coisas da maneira correta, evidentemente que isso não exclui a vontade de aprender, de buscar mais conhecimento, que é algo necessário a condição humana.

É interessante perceber que existem aqueles que fazem o que gostam, isso é algo que remete a sábias escolhas. Também existem aqueles que gostam do que faz. Esses trazem a conotação de descoberta daquilo que não conheciam, nem tão pouco pareciam ter apreço, entretanto, aprenderam a gostar. As duas situações são similares, mas não iguais. O que relaciona essas duas situações é a identificação com o trabalho. E por conta disso, a autora traz a importância da reflexão das práticas éticas no ambiente de trabalho ao dizer:

Pensar em uma prática ética envolve, em qualquer ambiente, sair da situação de espectador e participar, se reconhecer como participante, o que precede se reconhecer como humano, como ser social, participe, o que em dados momentos pode até incluir um olhar de mero espectador. Até porque esse se conhecer, permite se distanciar de emoções tempestuosas, levando um participe a melhorar, porque sai do casulo para aprender fazendo, aprender falando, aprender, sobretudo, participando da vida social em seu meio. (RASCHE, 2005a, p. 135).

Certamente, que todo profissional precisará ser atuante, participativo e envolvido com o trabalho. Segundo Bravo (2010, p. 133-134) a postura atuante do profissional exercerá grande efeito no ambiente de trabalho. Sua atuação envolverá planejamento como: acionar projetos/programas na organização; estratégias definidas; melhoramento dos processos críticos; solucionar problemas; motivação dos colaboradores nas atividades operacionais; objetivando atividades que venham a trazer melhorias e inovação para a organização; a construção de projetos-piloto que tragam mudanças satisfatórias e sobre tudo, na intenção do bom desenvolvimento, os processos devem vir acompanhados da visão do gestor. Ao citar Castro, o autor ainda explica, que isso somente ocorrerá se houver real desenvolvimento organizacional ao que compete às organizações e um processo educacional competente as pessoas que fazem parte das mesmas. As mudanças exigirão das pessoas maior abnegação, disciplina, qualidades essas pertencentes à moralidade humana (BRAVO, 2010, p. 134).

Compreendendo o espaço de atuação do bibliotecário na sociedade como profissional da informação, é perceptível que se exigirá maiores responsabilidades na gestão, no tratamento das informações, entre outras ações. Rasche (2005a, p. 36) reconhece que esse profissional

tem “[...] um papel social com atribuições, de trabalho prático e de reflexão, respaldadas em conhecimentos e competências especializadas, voltadas ao tratamento, armazenamento e disseminação da informação na sociedade para seus diferentes atores e instituições.” Certamente, que temos nesse meio muitas razões para sermos éticos e agir eticamente nas atividades bibliotecárias, que muitas vezes requerem análise e reflexão. E, por conta disso, Souza (2002, p. 21-24) aborda alguns pontos que precisam de uma atenção como:

a)Ser – O sentido mais preciso da noção de existência humana situa o homem como o conhecimento ou consciência de si próprio. [...], o homem existe a partir de quando se torna capaz de definir-se através da expressão “eu sou”. [...] “eu penso”, na medida em que o homem não se define sem o mecanismo natural do pensar. [...] tem a noção dos seus sentidos – sensações – que são capazes de pô-lo em relação com o seu exterior e, portanto, individualizam. Ao ser capaz de se ver distinto, [...] capaz de, pelos seus sentidos [...] enxergar outros homens, outros indivíduos, [...]. **b)Viver** – O viver precede ao ser, contudo com a descoberta do ser o viver é determinado pelo ser. [...] A realização da cooperação do ser tem em vista, sobretudo, o viver. **c)Conviver** – O ser e o viver se realizam na construção de equilíbrio, resultante de luta e cooperação. **d)Obrigarse** – Prometer cumprir e cumprir os pactos acordados está na base do conviver. [...] o obrigar-se exige a aplicação dos principais instrumentos ou das bases do conviver como a autoridade, a decisão prudente, a competência [...] e a serenidade [...]. Para obrigar-se é necessária a igualdade de condições de negociação. Não sendo assim, o obrigar-se é submeter-se, é perder autoridade, é ser imprudente, incompetente e atabalhado.

Além de tudo, “[...] o caráter ético da profissão é determinado pela qualidade das ações realizadas pelos indivíduos que a exercem e que incorporam os valores assumidos como ideias pelo grupo profissional em questão.” (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 195). Os autores ainda comentam ao dizer que:

Os indivíduos imbuídos dos princípios característicos da profissão encontram na ética um espaço de reflexão crítica, sistemática, sobre valores presentes na ação bibliotecária, estabelecendo princípios norteadores da conduta profissional que contribuem para dirimir dúvidas e solucionar conflitos. (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 196).

Para o Conselho Federal de Biblioteconomia (BRASIL, CFB, 2018, art. 3º, não paginado), a atuação do bibliotecário:

[...] fundamenta-se no conhecimento da missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público alvo da instituição onde está instalada a unidade de informação em que atua, bem como das necessidades e demandas dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

3.3 Deontologia bibliotecária e a moral

É inconcebível na abordagem da Deontologia não se comentar sobre a moral, visto que esses termos são intrínsecos quando relacionados a uma área específica profissional. Algo bem corroborado por Bentham na sua idealização do que seria Deontologia em 1834, mencionando-a como código moral, segundo (SOUZA, 2002). O autor afirma, que:

[...] o código deontológico, por derivar da razão utilitarista tida por Bentham como característica do homem, precisa partir da definição de habilidades, atividades e modo de execução do trabalho que devem ser empregados pelos profissionais nos mais diferentes momentos de sua atuação. (SOUZA, 2002, p. 55).

Assim, é razoável compreender o surgimento do termo Deontologia relacionado à razão utilitarista. Certamente, uma das razões é por aquilo que venha ser útil ou tenha alguma utilidade em seu fazer das práticas profissionais. Isso envolve os modos de proceder e os procedimentos, o comportamento individual que remete a valores morais, como por exemplo, o respeito que toma em consideração outros nas relações de trabalho, em que todos buscam a mútua cooperação, uma transmissão a invocar as boas comunicações nas relações sociais (SOUZA, 2002, p. 55). É sem dúvida, que as boas comunicações condicionam aos profissionais a avançar e a se desenvolverem em sentido de produtividade e satisfação em seu ambiente de trabalho, conforme Souza (2002, p. 24) quando ainda diz:

[...], a convivência é o diálogo do homem com o homem, como fonte primária de socialização e do homem com suas ideias institucionalizadas e das instituições com as instituições como sua fonte secundária de socialização. Essa situação relacional só será menos ruim para a existência quando as partes do diálogo se esforçam mútua e permanentemente pela busca da redução do potencial de extinção de quaisquer delas. Na convivência tornam-se importantes as noções de autoridade, de ação prudente, de esclarecimento e, nisso tudo, se afirma como essencialmente significativo o conhecimento, o saber, [...]

De fato, são os valores morais que condicionam o homem a tomar decisões concernentes aos seus deveres e em trazer resoluções a inclinações internas, ou mesmo, conflitos nos ambientes de trabalho. Uma reflexão sobre a moral e suas virtudes aplicadas a esse contexto seria interessante, como observado nas palavras do filósofo Kant (2008, p. 319) que disse:

[...] a faculdade da moral de um ser humano não seria virtude, não fosse ela produzida pela força da resolução do ser humano no conflito com poderosas inclinações opostas. A virtude é o produto da pura razão prática, na medida em que esta ganha ascendência sobre tais inclinações com percepção de sua supremacia (fundada na liberdade).

É compreensível que, quando se aborda o assunto da Deontologia, venha ao seu lado a expressão “Ética Profissional”. Deveras, isso acontece porque a própria Deontologia, tem suas raízes fundamentadas na Ética. Essa ideia é abordada por Rasche (2005c, p. 175-176), que diz:

Para tratar da ética profissional é necessário fazer referência à “deontologia”. Isso porque, deontologia é um termo mais apropriado para a discussão em torno da conduta profissional, compreendendo-a como um esforço para obter-se uma uniformização da ação dos membros de uma categoria profissional. Uniformização não no sentido de igualar as ações, mas sim, de orientar, prescrever, controlar a conduta dos membros da profissão visando construir uma identidade e por meio desta, tornar-se respeitado e conhecido pelos demais membros da sociedade.

A autora traz à tona “a ideia da deontologia”, situando os membros de uma categoria profissional na orientação dos seus deveres atrelados à moral e seus valores. É interessante notar que nesse trabalho a autora trata com sutileza as conceituações e diferenças de ética, ética profissional e deontologia, quando afirma que a ética é “a ciência da conduta”, a ética profissional “como o estudo da conduta humana no exercício de uma profissão” e a deontologia está relacionada a “deveres específicos do agir humano ao campo profissional” (RASCHE, 2005c, p. 175, 181). A primeira, se debruça através de pesquisa, análise e estudo aprofundado sobre a conduta humana; a segunda, somente estuda a conduta humana dentro de uma área profissional específica e a terceira, compreende os deveres específicos do homem e sua ação, associada a uma consciência moral no campo profissional.

Uma das essências encontrada pelos bibliotecários, necessária para o desenvolvimento da profissão, encontra-se numa abertura maior para o compartilhamento do conhecimento. Essa troca de conhecimento é fundamental para o estabelecimento profissional e seu avanço. Coerentemente, a Deontologia conceitua-se nesse mesmo viés de desenvolvimento profissional, que se vincula na dependência da ação de cada um da área para uma maior identificação profissional (RASCHE, 2005a, p. 132).

Japiassu e Marcondes (2001, p. 50) trazem a autoria e a conceituação do termo deontologia, mencionando:

Deontologia (ingl. deontologv. do gr. deon: que é obrigatório, e logos: ciência, teoria) Termo criado por Bentham em 1834 para designar sua moral utilitarista, mas que passou a significar, posteriormente, o código moral das regras e procedimentos próprios a determinada categoria profissional.

Para Souza (2002, p. 51) o termo “deontologia” foi criado numa época adequada ao seu momento histórico, visto a acentuação do liberalismo político e econômico, que refletia muito bem ao que seu autor (Bentham) sentia pela compreensão a responsabilidade por uma

moralidade utilitarista. Abbagnano (2007, p. 240) tem esse mesmo entendimento acima, quando diz:

Termo criado por Jeremy Bentham (*D. ou Ciência da Moralidade*, publicação póstuma de 1834) para designar uma ciência do "conveniente", [...] "A tarefa do deontólogo", diz Bentham, "é ensinar ao homem como dirigir suas emoções de tal modo que as subordine na medida do possível, a seu próprio bem-estar" [...]

Certamente, uma visão coerente para todos que detêm alguma responsabilidade política, econômica, social – qualquer que seja a atividade profissional. Souza (2002), comentando as palavras de Japiassu e Marcondes sobre a conceituação da deontologia, diz: [...] “que corresponde precisamente ao que, pouco adequadamente, a categoria bibliotecária brasileira denomina de Código de Ética Profissional.” (SOUZA, 2002, p. 55).

Diante dessa ideia, Souza (2002, p. 55) continua ao trazer significados práticos sobre o termo:

Deontologia [...], o elenco de determinações objetivas, instruções operacionais e de cunho prático, que os membros de um grupo profissional devem seguir, no exercício de suas atividades, para garantir a uniformidade, em todos os seus aspectos e lugar, do trabalho e ação do grupo, como se fosse a ação de um único indivíduo.

Rasche (2005c, p. 175, 181) traz uma conceituação do entendimento dos termos de forma simples, “[...] a ‘ética como ciência da conduta, como o estudo do ideal para o qual o homem se dirige’ [...]. A deontologia [...] ‘deveres específicos do agir humano no campo profissional.’ É perceptível que, enquanto a ética se debruça através de estudo para a construção de uma idealização que oriente o homem, a deontologia, por sua vez, está embasada numa consciência moral, que permite ao homem refletir sobre seus deveres e tomar uma decisão/ação. Segundo Russo (2010, p. 155), [...] “nessas percepções, poderia se considerar que os códigos de ética dos profissionais estariam mais bem intitulados se fossem denominados de códigos de deontologia.” Isso já é algo que vem sendo discutido por diversos autores, porém o objeto desse trabalho não é trazer essa discussão e, sim analisar a ética profissional relacionada a uma reflexão das práticas bibliotecárias. A percepção é que os termos juntamente se relacionam muito bem e a própria fusão desses têm grande relevância na atuação e no ambiente profissional.

É notório observar que a deontologia tem seus fundamentos na ética. Esse ponto de vista pode ser observado em Kant (2008, p. 311-317), quando propõe considerar a ética pura sob a perspectiva dos deveres da virtude no que intitula como capítulo para essa abordagem (*Dos deveres éticos recíprocos dos seres humanos...*), passando a discutir sobre princípios da virtude e do dever, obrigação ética e as relações de amizade e de convivência social. Em outras palavras, estamos falando das origens da deontologia.

Russo (2010, p. 155-156) comenta que, independente de como venham ser denominados os códigos, seja ética ou deontologia,

o mais importante é que os bibliotecários percebam que o fortalecimento de sua profissão está vinculado ao acompanhamento da conduta profissional apontada nesse instrumento, pautando devidamente a sua atuação, de maneira individual, ou no grupo a que pertence de modo a que a sociedade compreenda o valor do seu trabalho.

Campos et al. (2014, p. 8) argumentam que, quando se menciona a Deontologia, independente do campo profissional, precisará ser estabelecida dentro do comportamento ético, vindo a relacionar o convívio das pessoas com suas atividades diárias no ambiente de trabalho. Segundo os autores, o termo *Deontologia tem a representação dos deveres assumidos pelos indivíduos no desenvolvimento das suas atividades laborais e a ética profissional estuda, analisa como os códigos morais devem ser estabelecidos nessas atividades profissionais*. Ou seja, a Deontologia refere-se “ao comportamento do profissional ao cumprir suas atribuições” que deverá pautar-se na ética que se refere “as atitudes de caracterização ou descaracterização da moral.” (CAMPOS et al., 2014, p. 8-9).

Refletir sobre a “representação da deontologia”, inevitavelmente recai sobre os deveres que os indivíduos assumem diante de suas atividades profissionais. Atividades essas, como as práticas biblioteconômicas, exigirão dos bibliotecários tomadas de decisão e a própria ação profissional no decorrer das atividades laborais. É relevante mencionar a lembrança e a consciência moral, as coisas mais recorrentes a direcionar à deontologia como prática do dever e a ação, referenciada no compromisso assumido que em destaque temos:

Primeiro, o juramento do bibliotecário, conforme (BRASIL, CFB, 1966, não paginado), Art. 1º, menciona que: Aprovar o texto do Juramento Profissional: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.” Russo (2010, p. 151) também aborda a mesma resolução do juramento do profissional de Biblioteconomia. É bem verdade que tal juramento ressalta o papel da deontologia no comprometimento consciente em assumir os deveres da profissão.

Segundo, é digno de citar como prática deontológica o *serviço de referência*, qual Grogan (1995, p. 20) a considerou como “[...] a pedra angular da prática profissional. Descrevem-no como a *raison d’être* de toda a biblioteconomia.” E, como não mencionar os “8 passos do

processo de referência” de Grogan (1995, p. 28-30), que muito se relaciona com a Ética Profissional e a Deontologia – papel relacionado às atividades profissionais dos bibliotecários, abordados na sequência:

Passo 1- O problema: inicia-se com um problema que atraia o usuário a biblioteca; Passo 2- A necessidade de informação: desejo de conhecer, compreender - uma curiosidade; Passo 3- A questão inicial: perguntas apresentadas na forma de questões; Passo 4- A questão negociada: exige maiores esclarecimentos e ajustes; Passo 5- Estratégia de busca: identificar as questões abordadas, a escolha de possíveis caminhos diferentes como as fontes dessa categoria e os pontos de acesso; Passo 6- O processo de busca: preparar estratégias com o próprio acervo, usar meios eletrônicos ou catálogos diversos; Passo 7- A resposta: o resultado da busca; Passo 8- A solução: a resposta é a solução agregada a satisfação do usuário;

Terceiro, não diferente em importância dos “8 passos de Grogan, que jamais se poderia esquecer da menção *As Cinco Leis da Biblioteconomia* que Ranganathan (1892-1972), qual é expressa em praticamente toda sua obra, como: 1º Lei - *Os livros são para serem usados*, quais denotam instrumentos para a educação; 2º Lei - *A cada leitor o seu livros*, isso pressupõe, um livro apropriado para cada pessoa; 3º Lei - *A cada livro o seu leitor*, uma inversão da segunda lei que se encontra no leitor correto para cada livro; 4º Lei - *Poupe o tempo do leitor*, uma preocupação com o não desperdício do elemento tempo em vista a comodidade do leitor; 5º Lei - *A biblioteca é um organismo em crescimento*, um organismo vivo, expansivo e sempre corrente (RANGANATHAN, 2009, *Op. cit.*). Três exemplos, em que se evidencia a consciência deontológica do dever nas atividades bibliotecárias. Também é possível observar relações de essência que remetem ao real sentido do papel do bibliotecário atuante e seu relacionamento com o cliente/usuário em busca do melhor atendimento aos serviços informacionais.

Segundo Targino (2011, p. 132):

[...] aspectos éticos da prática do bibliotecário relacionados às atividades de atendimento aos usuários – comporta formas distintas de abordagem. [...] a responsabilidade ética que deve prevalecer na relação bibliotecário versus (vs.) usuário, no sentido de transformar [...]

Os bibliotecários que se pautam pela ética precisam ter boas relações e percepção com respeito às necessidades dos usuários. Targino (2011, p. 135) corrobora ao dizer que a prática ética do bibliotecário se dá pela mediação entre informações versus necessidades do usuário.

Ter essa percepção das práticas bibliotecárias e o quanto as mesmas estão entrelaçadas na essência e sentido do bibliotecário como profissional, irá direcioná-lo a uma inevitavelmente postura deontológica que se pauta nos fundamentos da ética profissional. Assim, apreende-se que esses termos têm o sentido de adequação das atitudes ao comportamento exigido no espaço profissional e na organização empresarial. Ao contrário da *ética profissional que procura nos movimentos constantes da reflexão dos estudos e pesquisas para a criação e melhorias eficiente das normas. A deontologia, comporta-se de forma estática analisando o comportamento com visão a cumprir atribuições derivadas de uma consciência profissional embasada em normas nem sempre evidentes*. Essa é somente mais uma reafirmação das essências conceituais que trazem os termos.

Souza (2009, p. 134-135, grifo nosso) aborda a *deontologia* por “[...] **representar os deveres que são assumidos pelas pessoas ao exercerem papéis ou atribuições profissionais como decorrência de sua atuação em dada sociedade.**” Pizarro (2014, p. 148) confirma como “deveres profissionais”, e cita ainda um trabalho anterior de Souza, definindo *deontologia* como “**atividades, habilidades e modos de execução do trabalho que devem ser empregados pelos profissionais nos diversos momentos de suas atuações.**” (PIZARRO, 2014, p. 148, grifo nosso). Reconhecendo que o uso da deontologia tem a serventia de abranger as atuações profissionais de cada área, assinalando que cada profissão tem sua própria deontologia com o objetivo as orientações das normas de conduta e as atividades profissionais (MADEIRA, 2003).

Consentindo, Rasche (2005c, p. 176, grifo nosso) reafirma que a deontologia é o “[...] termo mais apropriado para a discussão em torno da **conduta profissional**, compreendendo-a como um esforço para **obter-se uma uniformização da ação dos membros de uma categoria profissional.**”

Sobre o termo, Souza Filho (2004, p. 115) conceitua na íntegra o significado da palavra deontologia - *deontos* como dever e *logia* que traz uma conotação para estudo, tratado, investigação lógica ou intelectual. O autor ainda faz uma defesa ao tratar a deontologia como a “ciência do dever” ou “teoria dos deveres” ao ser estabelecida no seio de uma profissão (SANTANA; NUNES, 2018, p. 59-60). Segundo Andrade (2010), a questão do dever vai muito mais além, envolvendo os direitos para que a atuação profissional não perca sua importância diante da sociedade.

Para o entendimento de Jacobino (2000 apud CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 200) sobre ser ético na prática:

Ser ético nada mais é do que agir direito, proceder bem, sem prejudicar os outros. [...]. Ser ético é, também, agir de acordo com os valores morais de uma determinada sociedade. Essas regras morais são resultado da própria cultura de uma comunidade. Elas variam de acordo com o tempo e sua localização no mapa. A regra ética é uma questão de atitude, de escolha.

O bibliotecário precisará compreender que a ética vem a comportar-se de maneira dinâmica nas relações humanas, no fazer profissional e informacional. Segundo Sorj (2009, p. 35), “[...], uma ética que não se funda somente em valores absolutos, mas que leva também em conta as consequências práticas da ação política.” Mesmo com essa diferença já citada, a ética e a deontologia inevitavelmente se confundem pela simplicidade de uma estar ligada à outra. Essa conciliação de sentidos objetiva-se somente para valorizar a Ética Profissional na defesa pela igualdade da preservação e sobrevivência de uma identidade profissional.

Quando refletimos sobre a ética, estamos nos questionando como poderíamos agir diante de uma situação, sob que consistência e coerência dos valores deveriam nos orientar as nossas atitudes (RIOS, 2008, p. 84). Nesse interim, a deontologia passa atuar por meio de uma consciência reflexiva dos deveres.

4 CÓDIGO DE ÉTICA DO BIBLIOTECÁRIO

Estabelecendo a formação para o surgimento dos códigos de ética e retomando sentidos sobre a ética, Souza (2002, p. 16) traz dois conceitos distintos:

A primeira acepção [...] conjunto de princípios que rege ou orienta a ação das pessoas e das sociedades na busca do equilíbrio desta ação. A segunda acepção [...] conjunto de normas que determinam a conduta das pessoas ou o funcionamento das instituições. [...] o primeiro enfoque dá conta de uma subjetividade, transformando em princípios de existência individual ou de existência de uma sociedade e estes princípios podem ser as fontes justificadoras da formulação de normas ou regras que, uma vez materializadas, produzem aquilo que constitui o conteúdo da segunda acepção, a qual expressa a forma de realização das ações.

É perceptível observar que essas duas acepções/conceitos acima sobre ética denotam: a primeira, trata-se da ética em si - a ética profissional, pela referência que se faz a análise/estudo, subjetividade, princípios e regimento para a busca de um equilíbrio; a segunda, compreende o sentido da deontologia na referência das normas que determinam a conduta das pessoas, o funcionamento das instituições, a visão estática do seguimento de normas, porém absolvida por uma reflexão consciente da moral. De fato, as duas acepções dos termos se completam a compreensão e as necessidades profissionais.

Pensando sobre ética profissional e o papel do indivíduo que representa a profissão, Souza Filho (2004, p. 79) afirma que a “[...] reflexão pessoal do agente profissional buscando definir diretrizes lógicas e valorativas orientadoras do seu procedimento laboral.” A reflexão do profissional como melhor agir diante de suas atividades laborais denota a deontologia em atividade. Na análise sobre os códigos de ética, os autores Santana e Nunes (2018, p. 59) apontam para a necessidade de um controle do exercício da profissão, onde os indivíduos devem desenvolver suas ações orientadas por demandas sociais. Tais aspectos, passam a idealizar a formação dos códigos de ética. Aqui é observado, através de estudo e construção, o desenvolvimento da ética profissional.

Reconhecendo que a competência está vinculada à condição de ser ético, Cuartas, Pessoa e Costa (2003, p. 196), afirmam que:

A competência não é algo estático, ao qual se deva ajustar o comportamento do profissional. É um ideal a ser alcançado, uma meta sempre presente, constatada na prática, quando nos propomos a elencar ou definir as características da competência em uma determinada área de atuação. Em decorrência, surge a necessidade, nas profissões, dos denominados Códigos de Ética, contendo prescrições de caráter normativo, estímulo à reflexão crítica, que permita sempre sua avaliação e reformulação, questionando os princípios e seus fundamentos.

Ao citar Camargo (1999), os autores acima chegam a comentar que:

os Códigos de Ética, estruturam e sistematizam as exigências éticas no tríplice plano de orientação, disciplina e fiscalização; estabelecem parâmetros variáveis e relativos dentro dos quais a conduta pode ser considerada normal sob o ângulo ético; amparam as relações entre clientes e profissionais. (CAMARGO, 1999 apud CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 196).

4.1 Histórico do Código de Ética Bibliotecário

Cuartas, Pessoa e Costa (2003, p. 196) afirmam que, de acordo com “[...] arquivos do Conselho Federal de Biblioteconomia, [...] que o primeiro Código de Ética Profissional do Bibliotecário foi elaborado pela FEBAB.” Isso é corroborado quando citam Castro (2000):

O primeiro trabalho publicado referente a ética profissional foi um anteprojeto elaborado por Laura Russo, apresentado no III CBBD, em 1961. Aprovado pela plenária do Congresso foi enviado à FEBAB, a todas as associações de classe e escolas/cursos de Biblioteconomia, e a alguns bibliotecários líderes, a fim de receber críticas e sugestões necessárias. (CASTRO, 2000 apud CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 196).

De acordo com Castro (2000 apud CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 196), isso aconteceu: “Durante o IV CBBD, realizado em Fortaleza em 1963, foi aprovado o primeiro Código Profissional dos Bibliotecários Brasileiros, com poucas alterações do texto apresentado por Laura Russo.”

Abordando as alterações sofridas pelo Código de Ética do Profissional do Bibliotecário, é possível destacar:

[...] sua *primeira alteração*, ocorrida em 13/7/1966, já no CFB. Era presidente na época, Laura Garcia Moreno Russo. Esse fato ocorreu na primeira reunião plenária, da primeira gestão do CFB. [...], as alterações propostas [...] naquela ocasião nada mais eram do que uma adaptação às terminologias específicas dos órgãos, CFB e CRB. A inclusão no texto da expressão “caráter profissional”, [...]. [...] as respectivas alterações foram publicado através da Resolução CFB-05/66. (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 196-197).

Reconhecendo que as alterações acontecem em vista das necessidades que vão surgindo no espaço temporal, conforme Cuartas, Pessoa e Costa (2003, p. 196): “Os códigos sempre são definidos, revistos e promulgados a partir da realidade social de cada época e de cada país e, finalmente, não tornam melhores os profissionais, mas representam uma luz e uma pista para seu comportamento.” Em vista disso, os autores comentam que:

A *segunda alteração* ocorreu em 25/4/1974, na oitava reunião plenária do CFB, [...]. As justificativas para tal empreitada pautaram-se na necessidade de os CRB e CFB disporem de um instrumento que possuísse uma redação atualizada, permitindo

soluções adequadas para os problemas éticos [...]. [...], que os CRB deveriam funcionar como tribunais regionais de ética, [...] com pertinência aos profissionais que lhes eram diretamente jurisdicionados. [...], os CRB possuíam autoridade para assegurar a observância das normas do Código de Ética mediante ações de sanções. [...], o código foi aprovado e publicado através de Resolução CFB 109/74. [...]. Esse novo código não apresentou grandes alterações [...]. Complementou o anterior, tornando-o mais abrangente. Esse código foi dividido em nove seções [...]. A *terceira alteração* ocorreu na 7ª gestão do CFB. [...], realizada nos dias 30 e 31/3/1985, a Comissão de Ética profissional foi incumbida da reformulação do Código de Ética, [...] houve uma tentativa de enxugar o código anterior, suprimindo os artigos que pretendiam “padronizar conduta pessoal”, “os itens de interpretação subjetiva” e as dificuldades da “aplicação das penalidades prescritas dentro do princípio de justiça”, [...] O novo Código de Ética foi publicado através da Resolução CFB 327/86. A *quarta alteração* do código foi aprovada por unanimidade na XX reunião plenária da 12ª gestão, em 20/10/2001. [...] O anteprojeto esteve pautado, [...], nas reivindicações dos CRB, que apontavam a necessidade de modernização dos preceitos do código. Era urgente, criar-se mecanismos para atender os avanços do mercado frente aos avanços tecnológicos e a política econômica do país. [...] O Código de Ética reformulado, Resolução nº 42 do CFB, foi publicado no Diário Oficial em 7 de janeiro de 2002 [...] (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 197-198).

Para uma consulta ou análise na íntegra desse Código de Ética Profissional do Bibliotecário, observe o (ANEXO B - Resolução nº 42/2002).

4.2 Análise do Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário

O foco das análises do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, pauta-se na (Resolução 207/2018), que se constituirá de comentários superficiais relacionado a pontos que interessam a pesquisa e quais servirão de base aos questionamentos (APÊNDICE A – Questionário). Ressaltando os aspectos essenciais do novo código que se encontra no ANEXO A - Resolução 207/2018, que tem maior relevância para esse trabalho, nos quais são tratados do Título I – Da Ética do Bibliotecário e seus (Capítulos I-II). Talvez alguém questione e pergunte: Por que somente esses capítulos? Por que não analisar todo o código?

Evidentemente, que alguns pontos do código atual terão sua abordagem, porém dentro dos questionamentos lançado aos bibliotecários para a pesquisa. Esclarecendo, que o objetivo desse trabalho nunca foi fazer uma análise em sua totalidade do atual Código de Ética do Bibliotecário (Resolução 207/2018), nem tão pouco uma análise comparativa desse novo com o anterior Código de Ética do Bibliotecário (Resolução 42/2002). Nunca esteve nos planos centralizar as análises no código de forma integral. Simplesmente, porque a essência e a proposta desse trabalho nunca esteve relacionada a construir comparações do código na sua íntegra, mas que compreende a importância em trazer uma breve e objetiva análise de interesse sobre pontos e capítulos que têm uma maior relevância para a discussão desse trabalho no aspecto das atividades do bibliotecário, como por exemplo: o código e sua

objetividade; a profissão de bibliotecário; a atuação do bibliotecário; o objeto de trabalho; deveres do bibliotecário; deveres em suas relações.

Numa análise geral e específica, a percepção que se tem é de uma “aparente” organização melhor do conteúdo com respeito a própria estrutura do código atual. Isso é visível logo nas primeiras comparações do código, onde as alterações se mostram com a troca de seções por capítulos e seus cabeçalhos com novas nomeações. Entretanto, o texto do código atual foi sintetizado de tal forma negativa que suprimiu conteúdo robusto e necessário, pertencente ao código anterior, evitando assim um maior proveito ao esclarecimento dos profissionais bibliotecários. Uma situação lamentável, pois enquanto o código anterior tem uma melhor contextualização do conteúdo e eficiência de clareza, por outro lado, o código atual, somente por se parecer sucinto não traz confiança devido sua inconsistência de contexto necessário e com isso poderá gerar dúvidas sobre sua eficiência.

Se referindo ao anterior Código de Ética do Bibliotecário (Resolução 42/2002) com seus acréscimos e permanências, no que tange às seções/capítulos, artigos, parágrafos/alíneas; demonstrado um melhoramento que não modificou o objetivo de sua criação, Cuartas, Pessoa e Costa (2003, p. 199), passa a enaltece-lo ao dizer: “Esses breves movimentos possibilitaram que o nosso Código de Ética se tornasse mais atualizado e coerente com as características dos dias atuais.”

Estabelecendo que não é saudosismo, mas que uma breve análise inicial, entre os códigos poderão trazer discussões interessantes, referente a conteúdo, como é o caso do primeiro capítulo e artigo. Observe:

“Art.1º - O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia.” (BRASIL, CFB, 2002, não paginado).

“Art. 1º – O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro tem por objetivo fixar as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais.” (BRASIL, CFB, 2018, não paginado).

Aparentemente, não tem nenhuma diferença e o termo que tem em um é ausente em outro. Porém, na íntegra e de forma específica, analisadas nas observações e conceitos citados anteriormente, reconhecemos que Código de Ética Profissional (estudo da conduta humana no

exercício de uma profissão), visa estudar, estabelecer a criação de normas de conduta, não sendo a mesma coisa que simplesmente Código de Ética – um termo que não tem especificidade e por isso errôneo a sua expressão, porque Ética (é uma ciência da conduta humana) não podendo por se só representar um código, necessitando de uma representatividade especificada e a Deontologia tem referência aos (deveres específicos do agir humano ao campo profissional). A visão real é a seguinte: Ética é o geral, o todo, uma ciência; a Ética Profissional se encontra e tem sua base estabelecida na Ética como ciência e a Deontologia se encontra e tem sua base firmada na Ética Profissional e consequentemente na Ética como ciência. Ou seja, são campos de estudos encadeados por uma similaridade enraizada do conhecimento.

Até aqui aparentemente não parece muita coisa, mas quando se observa com maior atenção é perceptível a visão do atento observador que o código de 2002, traz uma especificidade referente as normas de conduta que é a menção da conduta das (pessoas físicas e jurídicas).

Agora, tecendo somente comentários sobre o conteúdo do Código de Ética do Bibliotecário (Resolução 207/2018), o novo Código Ética Profissional (BRASIL, CFB, 2018, não paginado), temos os Art. 2º-4º que denotam aparentemente, algo novo dentro do código:

Art. 2º - A profissão do Bibliotecário, aqui são abordadas as questões de prestação de serviços de informação e a garantia de acesso à toda sociedade;

Art. 3º - A atuação do bibliotecário, que aborda conhecimento da missão, objetivos, atuação e perfil do público alvo da instituição, necessidades e demandas dos usuários e a visão do desenvolvimento dos mesmos na sociedade. Aqui encontramos o espírito deontológico em sua essência;

Art. 4º - O objeto de trabalho do bibliotecário, sem sombra de dúvida a informação como artefato cultural em suas formas diversas. Um instrumento deontológico no fazer dos bibliotecários;

Já nos Art. 5º - São os deveres do bibliotecário e Art. 6º - O bibliotecário deve - podemos elencar ou mencionar termos bem relevantes as práticas bibliotecárias, como: preservar o cunho liberal e humanista de profissão; dignidade da pessoa humana; exercer a profissão com zelo, capacidade e honestidade no exercício; observar os ditames da ciência e da técnica; contribuir para os princípios legais; cooperar para o progresso da profissão; colaborar com os cursos de formação; guardar sigilo; realizar de maneira digna; conhecer a legislação da

profissão; combater o exercício ilegal; ser leal e solidário aos colegas; evitar críticas; respeitar a propriedade intelectual; respeitar as atividades do colegas e de outros; dignificar moral, ética e profissionalmente a categoria; prestigiar as entidades da categoria, apoiar as iniciativas; zelar pelo prestígio e dignidade profissional; auxiliar na fiscalização do exercício profissional; zelar pelo cumprimento desse Código de Ética; aplicar todo o zelo no atendimento ao público; tratar os usuários com respeito e civilidade; assumir responsabilidades.

Os termos mencionados caracterizam muito bem o contexto desse trabalho, e são condizentes, aos aspectos básicos dos termos utilizados para o trabalho, como a ética, a ética profissional, a deontologia e a moral. E, que de fato, têm real representação funcional (prática) na Ética Profissional dos bibliotecários.

Assim, somente enfatizando que o objeto desse trabalho não é trazer discussões aprofundadas de comparações relacionadas aos dois códigos, mas sim, fazer os bibliotecários refletir sobre suas atividades frente a ética profissional. E, que de fato, os dois documentos (os códigos) possuem diferenças latentes e fundamentais. Para maiores comparações consulte os (ANEXO A - *Resolução 207/2018* e ANEXO B - *Resolução nº 42/2002*). Somente com uma consulta atenciosa é possível fazer reflexões relevantes as diferenças e, por sua vez, essas poderiam até ser expressadas na construção de um trabalho comparativo.

5 METODOLOGIA

Santos (2012, p. 105) menciona que é pelo método que se escolherá o tipo de pesquisa a ser aplicado no trabalho, podendo abranger um ou mais. Diante dessa verdade fundamental, essa pesquisa científica definiu quais foram os procedimentos metodológicos realizados para esse trabalho, tais como: propósito/a proposta; de natureza; de abordagem; procedimento; quanto à obtenção de informações; quanto à abordagem; quanto aos objetivos.

Na **metodologia** desse trabalho, o **método** escolhido foi o ***método observacional (observação não-participante)***. De acordo com Gil (2010, p. 16) que diz: “E pode-se afirmar com muita segurança que qualquer investigação em ciências sociais deve valer-se, em mais de um momento, de procedimentos observacionais.” E no que tange ao tipo de observação não-participante, Xavier (2014, p. 39) faz referência à ausência do observador na coleta dos dados, ou seja, não se tem uma participação direta na coleta. Atendendo a pesquisa em questão foi selecionada como a melhor **proposta a pesquisa descritiva** pelo relacionamento com a “atuação prática”, descrito por Gil (2010, p. 28) e o “comportamento dos indivíduos” como descreve Xavier (2014, p. 46), em que ambos os autores tratam dos mesmos objetivos primários como a descrição das características de uma população ou fenômeno, pertencente a esse modelo de pesquisa. Algo, em que muito remete à temática desse trabalho da Ética Profissional e sua aplicabilidade na prática bibliotecária.

A pesquisa traz uma **abordagem** de natureza ***qualitativa*** por tratar-se subjetivamente do objeto analisado, atrelado ao estudo de suas particularidades e experiências individuais. Gil (2010, p. 175) diz que “[...] as pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante. [...] os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa.” Bardin (2011, p. 145) comenta que uma de suas características volta-se à subjetividade e adaptação às diversas situações. Algo comumente visto nos estudos de caso. Segundo Bardin (2011), isso tem relação:

[...] a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. [...] utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou diversas variáveis do locutor (ou da situação da comunicação). [...] a análise qualitativa é o fato de a “inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc!), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual”. (BARDIN, 2011, p. 145-146).

O **ambiente** em que está situado essa pesquisa é a **Diretoria Geral de Bibliotecas** e, representando a **população (sujeitos ou objetos)** dessa investigação, tivemos uma amostra

por conveniência de **(07) bibliotecários**. Têm-se o ambiente, a população e como pano de fundo para esse cenário o **contexto** de reflexão da *“Ética Profissional nas práticas bibliotecárias”*.

Para análise da observação e o **delineamento da pesquisa**, utilizou-se o **estudo de caso** na justificativa que se propôs toda a pesquisa, concernente à vivência do fenômeno pesquisado da Ética Profissional nas práticas bibliotecárias. Ao conceituar o estudo de caso, Yin (2005, p. 32) traz a afirmação de “[...] um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.”

Para essa situação a pesquisa se direcionou para a realização de uma coleta de dados, seguida de análise da visão que os bibliotecários têm sobre a ética em sua atuação profissional. E o instrumento utilizado na sondagem para a coleta de dados foi o **questionário**. Que segundo Gil (2010, p. 121) é uma:

técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. [...] Construir um questionário consiste basicamente traduzir objetivos das pesquisas em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

Xavier (2014, p. 76), falando das possibilidades de um questionário, aborda “a ampliação do conhecimento geral e específico sobre o sujeito e também poderão explicar suas características em face ao contexto que o envolve.” E, como **instrumentos de análise de dados** para descrever as informações interpretadas foi usada a técnica de **análise textual discursiva**.

Reconhecendo que a pesquisa não visa trazer uma solução pronta, absoluta para a Ética Profissional, visto que a mesma, como já abordado, comporta-se de forma dinâmica. Mas atentar-se em analisar reflexivamente as percepções dos profissionais bibliotecários através dos questionamentos usados na pesquisa e suas respostas. Esse trabalho não tem a intenção de trazer julgamentos a respeito do perfil profissional, mas simplesmente direcionar os profissionais à reflexão do seu comportamento e sua responsabilidade social, diante das práticas biblioteconômicas.

A concentração dessa análise metodológica da Ética Profissional nas práticas bibliotecárias, pauta-se sob o aspecto da vivência prática, fundamentais para a reflexão dos objetivos. Nesse ínterim, se afirma-se o desenvolvimento de métodos que estabelecem a cientificidade por meio da pesquisa empírica (RASCHE, 2005a, p. 98).

Segundo Sorj (2009, p. 34) com respeito à ciência “[...] ela mesma se sustenta na crença do valor da pesquisa empírica como critério para definir a validade de um argumento.” A própria “pesquisa empírica” denota um método de pesquisa de aceitação “geral” comumente realizado pela ciência. Xavier (2014, p. 36) considera o método como

uma forma de ordenar e organizar etapas de uma ação para atingir um objetivo específico. Toda ação humana tem um método, um modo de fazer, ainda que inconsciente, inconsistente e pouco produtivo. Uns são mais elaborados, mais sofisticados, mais complexos, outros, menos.

5.1 Caracterização do ambiente e da comunidade pesquisada - Breve histórico do Instituto Federal Superior (IFS)

Referente a trajetória da origem da instituição, torna-se relevante destacar alguns momentos relevantes a retrospectiva histórica e contemplativa da compreensão. Em 1909, o presidente Nilo Peçanha (1867-1924), que segundo (BRASIL, 1909, p. 1), Art. 1º, menciona que manteria “[...] por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito.” No entanto, somente em 1911, sob a direção do Dr. Augusto César Leite (1886-1978), deu-se início as atividades desse ensino em Sergipe. O Quadro 1 demonstra uma retrospectiva cronológica da história da instituição:

QUADRO 1 - Retrospectiva histórica e cronológica da instituição.

| | |
|------|---|
| 1909 | A criação da Escola de Aprendizes Artífices, destinado ao ensino profissional primário (BRASIL, 1909). |
| 1937 | As Escolas de Aprendizes passam a denominarem-se Liceus. Em Sergipe, passa-se a chamar “Liceu Industrial de Aracaju”. |
| 1942 | Liceus Industriais dão lugar às Escolas Técnicas Industriais. |
| 1959 | Através da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a Escola transformou-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica conquistando também a equivalência com o ensino médio (BRASIL, 1959). Nesta época, a Escola passa a ter como cursos regulares o Curso Ginásial e o Curso Técnico, além de oferecer cursos extraordinários ou de iniciação profissional, surgindo assim as Escolas Técnicas Federais. |

| | |
|------|---|
| 1965 | A Instrução Normativa nº 239, de 03 de setembro de 1965, define a denominação e qualificação de Escolas Técnicas Federais, passando a Escola Técnica de Sergipe a receber a denominação “Escola Técnica Federal de Sergipe. Uma denominação em referência a cada estado brasileiro que tivesse uma unidade de ensino dessa especificidade. |
| 1998 | A Escola passa a oferecer separadamente os cursos Técnicos do Ensino Médio com base na LDB (Leis de Diretrizes e Bases) com base no Decreto nº 2208/97 (BRASIL, 1997). |
| 2002 | A partir de 13 de novembro, transforma-se em “Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE)”. |
| 2005 | Começa “[...] processo de “ifetização” da educação tecnológica em todo Brasil. Os Centros Federais passaram a ser denominados Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia. Uma rede de ensino profissional ampliada nacionalmente que deve oferecer diversas modalidades de cursos, do ensino básico ao doutorado em tecnologia.” (SANTOS NETO, 2013, p. 37, 38). |
| 2008 | É com o Projeto de Lei 3775/2008 (atualmente transformado na Lei Ordinária 11892/2008), que em 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, que é criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, conforme fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Federal_de_Sergipe . De acordo, com (BRASIL, 2008) Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Implanta os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constituídos a partir da integração e reorganização dos CEFETs, ETFs e EAFs vinculados às Universidades Federais nos Estados e DF para formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos com suporte à produção local. Altera a Lei nº 11.740, de 2008. |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O Instituto Federal de Sergipe assume a consideração/denominação de Autarquia Pública Federal e com sua reitoria instalada na cidade de Aracaju, sob a direção da Reitora Ruth Sales Gama de Andrade. Há muitos setores ligados a hierarquia administrativa da Reitoria, inclusive um deles é a Diretoria Geral de Bibliotecas – ambiente populacional do estudo em questão.

5.1.1 Apresentação do ambiente e da comunidade

A Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) nem sempre foi assim denominada, anteriormente tinha uma denominação de Coordenadoria Geral do Sistema de Bibliotecas. A mudança somente veio acontecer para a denominação atual em julho de 2014. A Direção Geral de Bibliotecas, localizada no Campus Aracaju possuem quatro “*Coordenações*” que trabalham fornecendo assessoramento em prol das bibliotecas da instituição. A Diretoria Geral de Bibliotecas tem em sua composição como comunidade - *bibliotecários* que ocupam as seguintes funções (Quadro 2):

QUADRO 2 - Bibliotecários e suas funções

| | |
|-----------------|---|
| Bibliotecário K | Diretoria Geral de Bibliotecas |
| Bibliotecário H | Coordenação do Tratamento da Informação (Análise da qualidade e padronização dos serviços) |
| Bibliotecário C | Coordenação de Treinamento e Capacitação |
| Bibliotecário S | Coordenação de Recursos Informacionais – análise e gestão Sistema Pergamum, Periódicos da Capes, Normas da ABNT, Biblioteca Digital, etc. |
| Bibliotecário G | Coordenação de Desenvolvimento de Coleção |
| Bibliotecário A | Biblioteca de Pós-Graduação – Unidade de Informação subordinada a Diretoria Geral de Bibliotecas-Reitoria |
| Bibliotecário M | Gestão de apoio as atividades da Diretoria Geral de Bibliotecas |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os bibliotecários que ocupam tais funções detêm alta responsabilidade deontológica bem respaldada pela ética profissional. Targino (2011, p. 135) argumenta que a prática da ética “[...] pressupõe responsabilidade ética frente ao exercício da Biblioteconomia e, ainda, a probabilidade de mediação presencial e mediação via produtos e serviços disponibilizados na *web*.” A atuação responsável desses profissionais, visam estabilizar a fluência constante referente ao objeto central da instituição que é a educação, fornecendo os mais diversos serviços e suportes de informação necessários para a busca e o acesso relacionado ao desenvolvimento educacional dos alunos/usuários.

A Direção Geral de Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe (IFS), caracteriza-se por sua visão e missão pautadas na promoção do acesso, da disseminação, uso e intercâmbio da informação, através das atividades pertinentes ao ensino, pesquisa, extensão e inovação.

As bibliotecas que compõe a Direção Geral de Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe (IFS) são subordinadas à Diretoria de Ensino, Gerência de Ensino e/ou Gerência de Apoio e Inclusão dos seus respectivos Campi. A Direção Geral de Bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe (IFS) funciona de forma descentralizada, porém com serviços integrados e padronizados e com a finalidade de:

- Atender à comunidade acadêmica e ao público em geral, prestando serviços informacionais que contribuam para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS;
- Estabelecer políticas de disseminação, processamento técnico, recuperação da informação e desenvolvimento de coleções que sejam compatíveis com as propostas departamentais de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS;
- Avaliar as Bibliotecas da Instituição e sugerir as ações que se fizerem necessárias;
- Acompanhar os processos de compra de livros, mobiliário, equipamentos e outros recursos pertinentes à Biblioteca, assinatura e renovação de periódicos.
- Analisar, através de indicadores de avaliação, os serviços prestados e o uso destes, pela comunidade acadêmica e usuários em geral e promover a divulgação e o reconhecimento dos serviços das Bibliotecas. Esses mesmos podem ser observados em: <http://www.ifs.edu.br/institucional-biblioteca/apresentacao-biblioteca>.

Missão e Visão

Missão - “Promover o acesso, o tratamento, a disseminação, o uso e o intercâmbio da informação, por meio das atividades pertinentes ao ensino, pesquisa, extensão e inovação com serviços integrados, padronizados e atualizados, direcionados a comunidade acadêmica interna e externa.” *Visão* - “Ser reconhecida como um modelo de serviços integrados e padronizados de acesso a informação.” Veja em: <http://www.ifs.edu.br/institucional-biblioteca/missao-visao-biblioteca>.

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Sobre a Coordenação de Treinamento e Capacitação

A coordenação de treinamento e capacitação objetiva, através da oferta de treinamentos, aproximar a comunidade acadêmica, docente, discentes e técnicos administrativos dos recursos informacionais disponíveis nos acervos físico e virtual que compõem as bibliotecas do IFS, bem como os serviços que as mesmas oferecem. O Quadro 3 mostra os serviços de informação oferecido pela Diretoria Geral de Bibliotecas:

QUADRO 3 - Treinamento e capacitação – Serviços de Informação

| | |
|---|---|
| <i>Treinamento do Sistema Pergamum</i> | PERGAMUM sendo um sistema de gerenciamento de bibliotecas, contempla suas principais funções, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação. O treinamento do Sistema Pergamum busca capacitar docente, discentes e técnicos administrativos para a consulta ao acervo físico disponível nas bibliotecas do IFS, bem como a utilização dos serviços que as mesmas oferecem. |
| <i>Treinamento do Portal de Periódicos da CAPES</i> | O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é a maior biblioteca virtual do mundo, que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica nacional e internacional. O treinamento objetiva dotar docente, discentes e técnicos administrativos de informações para a utilização eficiente do portal e apresentando as ferramentas que o mesmo disponibiliza. |
| <i>Treinamento da Base de dados da ABNT</i> | A Associação Brasileira de Normas Técnicas disponibiliza para visualização, via assinatura um total de 9223 normas em todas as áreas. O objetivo do treinamento é orientar docente, discentes e técnicos administrativos para ao acesso a base de dados da ABNT. |
| <i>Treinamento da Base PEARSON</i> | PEARSON é a maior empresa de educação do mundo, atuando em um segmento diferente de quando começou, mas a imaginação da família Pearson no aproveitamento de novas tecnologias, sua coragem e respeito às variadas culturas das pessoas com quem trabalhava são valores que ainda sustentam tudo o que fazemos ao longo de um século e meio de trabalho. |
| <i>Programa de Incentivo à Leitura</i> | O programa busca desenvolver estratégias para o incentivo à leitura, despertando e estimulando nos discentes o apreço pela leitura, especialmente pela literatura. |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Esses serviços de informações que a Diretoria Geral de Bibliotecas, oferecem podem ser observados através do endereço eletrônico: <http://www.ifs.edu.br/institucional-biblioteca/treinamento-e-capacitacao-biblioteca>.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE DA ÉTICA PROFISSIONAL NAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS

No princípio, permitiu-se vislumbrar em construir um trabalho de pesquisa num ambiente de uma unidade informacional mais especificamente uma biblioteca de uma instituição. Mas, por um quantitativo muito baixo populacional da comunidade a ser estudada, a resolução que se seguiu foi a mudança de ambiente populacional. Uma mudança relevante, onde encontramos uma maior concentração de profissionais bibliotecários na Diretoria Geral de Bibliotecas (DGB) – um ambiente populacional ausente de estudos, especificamente em relação às pesquisas sobre Ética Profissional nas práticas bibliotecárias. Uma ênfase a lembrar e a situar-se no contexto desse *estudo de caso*, que busca por uma análise investigativa estudar pela experiência o fenômeno da temática já citada (YIN, 2005, p. 32).

Os profissionais bibliotecários estudados reconhecem, por mais que não tratem diretamente com os usuários, que os mesmos são seu público alvo/final. E, nesse respeito, esses profissionais estão imbuídos em dar apoio de gestão às bibliotecas e aos campus pertencentes a instituição, no que concerne a diversos serviços de informação e de materiais estruturais que viabilizem o funcionamento das bibliotecas de cada campus de acordo com suas necessidades.

Sendo assim, os objetivos dessa pesquisa se colocara, analisar a realidade social profissional dos bibliotecários em vista as suas práticas baseadas na ética, permitindo *observar* segundo Gil (2010, p. 16) as qualidades, as preocupações e as representações que esses profissionais têm concernente à ética profissional. A pesquisa se situa em uma reflexão das práticas bibliotecária no seu ambiente de trabalho.

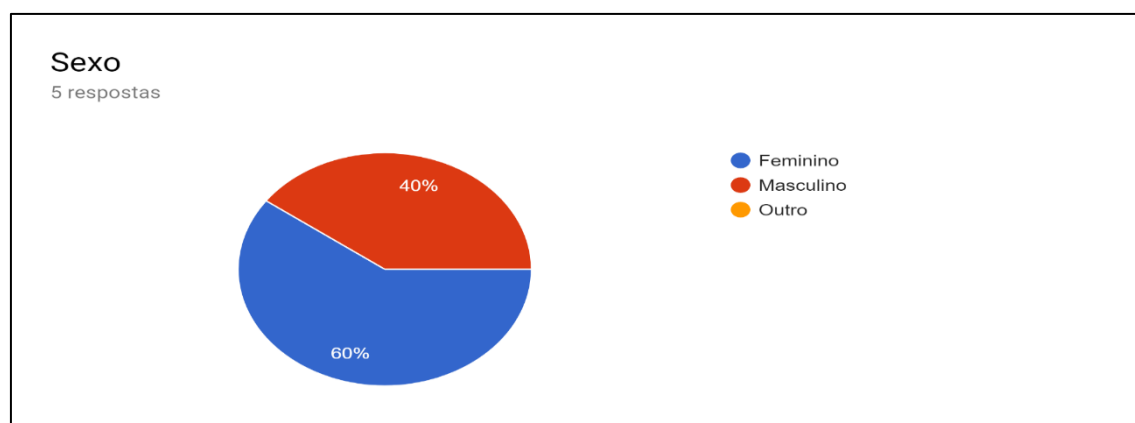
Em vista disso, o levantamento de informações para o resgate das manifestações dos bibliotecários em torno dessa discussão foi através da aplicação de um questionário, que pode ser observado no APÊNDICE A – Questionário, visando buscar informações e as percepções dos profissionais sobre o assunto (GIL, 2010, p. 121). A construção do questionário teve suas questões embasadas no novo Código de Ética Profissional do Bibliotecário a (ANEXO A - Resolução 207/2018). Agora, o que se segue, são os resultados baseados nas respostas dos profissionais questionados, compreendendo resultado e discussão.

Na intenção de discutir sucintamente, as manifestações dos respondentes bibliotecários sobre sua atuação prática e suas percepções em torno do Código de Ética. Fez-se pertinente a

proposta da pesquisa descritiva de Gil (2010, p. 28) para análise do questionário respondido pelos pesquisados. O propósito do trabalho era envolver todos os sete bibliotecários do setor pesquisado, com o fim de trazer uma maior contribuição para a pesquisa. Contudo, nem todos responderam ao questionário que foi enviado por e-mail, sendo que dentre o total já mencionado, apenas 5 responderam. O questionário abrangeu um total de 30 perguntas. Prosseguindo, temos uma breve análise das respostas dos bibliotecários representada por meio de gráficos e quadros.

A predominância dos profissionais bibliotecários que responderam à pesquisa é pertencente ao sexo feminino, com percentual de 60% e masculino com percentual de 40%. (Gráfico 1)

GRÁFICO 1 – Sexo



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Concernente ao tempo de serviço que os bibliotecários atuam como profissionais no Instituto Federal de Sergipe, das cinco respostas, apenas um atua a menos de 4 anos, os demais atuam como bibliotecários a mais de 10 anos, o que denota ser um grupo que possui uma experiência profissional na área. Um dos profissionais disse atuar como bibliotecário há 28 anos, demonstrando já possuir uma boa experiência.

A respeito da formação profissional, foi perguntado se os profissionais tiveram disciplinas de ética profissional na sua graduação e quais foram, obteve-se as seguintes respostas (Quadro 4):

QUADRO 4 – Disciplinas sobre Ética Profissional na graduação

| | |
|-----------------|---|
| Bibliotecário 1 | Não lembro agora de nenhuma |
| Bibliotecário 2 | O tema Ética Profissional sempre era abordada praticamente em todas disciplinas, pois o foco final dos trabalhos realizados seria o usuário, portanto devíamos fazer o máximo para que o trabalho que exerceríamos fosse ético em todos os sentidos em prol de nossos usuários. |
| Bibliotecário 3 | Introdução à Filosofia, Introdução à Biblioteconomia |
| Bibliotecário 4 | Introdução à Biblioteconomia e Ética e Cidadania. |
| Bibliotecário 5 | Introdução à Biblioteconomia |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Vê-se que a maioria dos que responderam relatou ter tido alguma aproximação com a disciplina Ética Profissional durante sua formação como bacharel em Biblioteconomia. Por outro lado, observa-se que ninguém afirmou ter a disciplina propriamente dita de Ética Profissional ou Deontologia, mas que estudaram sobre o assunto abordado no contexto de outras disciplinas. Normalmente, esse conteúdo é ofertado em disciplinas transversais, como Filosofia, Introdução à Biblioteconomia ou outras.

Também foi perguntado aos bibliotecários participantes da pesquisa a respeito do que se entendia sobre ética profissional. As respostas estão expressas no Quadro 5.

QUADRO 5 – Percepção dos bibliotecários sobre Ética Profissional

| Respondentes | Percepção sobre a Ética Profissional |
|---------------------|--|
| Bibliotecário 1 | Conjunto de valores morais que ajudam a manter a ordem na sociedade |
| Bibliotecário 2 | Ser honesto e praticar sempre o bem ao próximo. |
| Bibliotecário 3 | São princípios que disciplinam e orientam o comportamento humano em uma sociedade. |
| Bibliotecário 4 | Ética é agir de forma que o "seu direito termine onde começa o do outro". É cumprir com seus direitos e deveres dentro de uma profissão, além de estar atento ao cumprimento desses mesmos deveres pelos profissionais que estão ao seu redor com a finalidade de contribuir com o crescimento e fortalecimento da categoria. As regras de condutas são necessárias para que não haja desorganização e relativismo em certas situações, mas sim uma obrigatoriedade no atendimento às regras que culminarão num serviço útil prestado à sociedade. |
| Bibliotecário 5 | Conjunto de valores e princípios que regem a conduta humana |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O segundo bloco de questões tratou sobre os deveres do bibliotecário, conforme consta no Código de Ética do Bibliotecário. Nesse sentido, as análises apresentadas a seguir seguem essa parte do referido código. As perguntas e o percentual de respostas estão apresentados no Quadro 6.

QUADRO 6 – Deveres do Bibliotecário descritos no Código de Ética Profissional

| Perguntas correspondentes aos deveres do Bibliotecário | Sim | Não | Às vezes |
|---|------|-----|----------|
| Você preserva o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana? | 100% | | |
| Você exerce a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade em seu exercício? | 100% | | |
| Você observa o que dita a ciência e a técnica? | 100% | | |
| Você contribui para o desenvolvimento da sociedade e respeita os princípios legais que regem o país? | 80% | | 20% |
| Você coopera para o progresso da profissão, por meio do intercâmbio de informações com órgãos de representação profissional da categoria, instituições de ensino e órgãos de divulgação técnica e científica? | 40% | 20% | 40% |
| Você colabora com os cursos de formação profissional do bibliotecário? | 20% | 40% | 40% |
| Você guarda sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir? | 100% | | |
| Você realiza de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito da profissão ou dos colegas? | 100% | | |
| Você conhece a legislação que rege o exercício da profissão de Bibliotecário em vigor, para cumpri-la corretamente e colaborar para o seu aperfeiçoamento? | 60% | 20% | 20% |
| Você combate o exercício ilegal da profissão, conforme a legislação em vigor? | 60% | 20% | 20% |
| Você mantém seu cadastro atualizado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição? | 100% | | |
| Você informa sempre ao CRB no qual está registrado quando assume e/ou deixa um cargo ou função? | 40% | 60% | |
| Você cita seu número de registro do respectivo CRB, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional? | 60% | 20% | 20% |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Pelas respostas obtidas, pode-se observar que os profissionais em sua totalidade consideram relevante o enaltecimento da honestidade, zelo e capacidade no fazer biblioteconômico. Bravo (2010, p. 133-134) concorda que uma postura atuante do profissional exercerá grande efeito no ambiente de trabalho como gestor.

Observar as diretrizes da ciência e da técnica, prestigia a formação e a própria identificação da categoria profissional (BRASIL, CFB, 2018, art. 5º, c, não paginado), e nesse quesito, os respondentes concordam totalmente em seguir tal diretriz. Cuartas, Pessoa e Costa (2003, p. 195) refletem sobre a importância da profissão, a formação e o desempenho do bibliotecário, quando diz: “[...], surge imediatamente o fato de tratar-se de profissão regulamentada por lei federal, exigindo do profissional um saber técnico-científico que tem o sentido de oferecer ao cidadão a prestação de serviços por profissionais habilitados.”

Sobre a contribuição dos profissionais do ambiente analisado sobre o desenvolvimento da sociedade e o respeito aos princípios legais que regulam o país, não houve unanimidade, mas a maioria respondeu positivamente.

Tratando da questão da cooperação para o progresso da profissão, 20% disseram que não cooperam, sendo 40% os que cooperam e também 40% os que às vezes cooperam. Russo (2010, p. 155-156) comenta que:

o mais importante é que os bibliotecários percebam que o fortalecimento de sua profissão está vinculado ao acompanhamento da conduta profissional apontada nesse instrumento, pautando devidamente a sua atuação, de maneira individual, ou no grupo a que pertence de modo a que a sociedade compreenda o valor do seu trabalho.

Com respeito à colaboração dos bibliotecários nos cursos de formação da área de bibliotecário (BRASIL, CFB, 2018, art. 5º, f, não paginado), obtivemos um percentual de 20% que colaboram, 40% que não colaboram e 40% que às vezes colaboram. De fato, é necessário um maior aprofundamento e frequência nos conhecimentos, aplicados na formação dos futuros profissionais bibliotecários no que concerne ao ensino da ética e suas ramificações de ética profissional/deontologia (FONSECA; GARCIA, 2009, p. 10). Conforme Sánchez Vázquez (2011, p. 23) é preciso entender a cientificidade da ética como uma disciplina necessária para os estudos dos problemas morais e, conseqüentemente, a formação profissional, mas as abordagens científicas em torno de uma formação pela ética.

É imperativo que se desenvolvam as ações com dignidade no que tange às atividades profissionais. Quando se faz desse modo, não estamos apenas zelando pelo nome de uma empresa, uma instituição, mas por nossa identidade, o nosso legado profissional. Agir de tal forma, denota zelo e pelo nome que construímos ao longo da carreira ou que almejamos construir (BRASIL, CFB, 2018, art. 5º, h, não paginado).

Chamou atenção na questão sobre o conhecimento dos bibliotecários a respeito da legislação que rege a profissão, um percentual de 60% conhece, 20% que declarou não conhecer e 20% que conhecer parcialmente. Essa diferença pode ser perigosa ao decair, pois o desconhecimento da legislação acarreta uma série de dificuldades, em especial sobre os direitos e deveres que regulam o fazer profissional. De fato, é fundamental que se conheça as leis – o código profissional, referente aos bibliotecários, para o bem maior da profissão e a formulação de uma identidade sempre viva e disseminadora de ideias para o seu desenvolvimento contínuo (BRASIL, CFB, 2018, art. 5º, i, não paginado). Na análise sobre a legislação, Santana e Nunes (2018, p. 59) apontam para a necessidade de um controle do

exercício da profissão, onde os indivíduos devem desenvolver suas ações orientadas por demandas sociais. Cuartas, Pessoa e Costa (2003, p. 196), afirmam que:

A competência não é algo estático, ao qual se deva ajustar o comportamento do profissional. É um ideal a ser alcançado, uma meta sempre presente, constatada na prática, quando nos propomos a elencar ou definir as características da competência em uma determinada área de atuação. Em decorrência, surge a necessidade, nas profissões, dos denominados Códigos de Ética, contendo prescrições de caráter normativo, estímulo à reflexão crítica, que permita sempre sua avaliação e reformulação, questionando os princípios e seus fundamentos.

Para o combate ao exercício ilegal da profissão é digno de nota ressaltar que nem todos os profissionais trabalham com esse foco diretamente, visto que esse combate tem um envolvimento maior daqueles bibliotecários que trabalham nos Conselhos Federais de Biblioteconomia, nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia e nas Associações de Bibliotecários. Porém, é possível acompanhar e fortalecer o trabalho desses profissionais no exercício da fiscalização, combatendo irregularidades e o exercício da profissão por um profissional de outra área, não habilitado para tal.

Outro ponto relevante é um percentual de 60% dos bibliotecários que disseram não informar ao CRB/CFB quando assumem ou deixam um cargo ou função. Esse resultado pode denotar falta de conhecimento ou descaso dos bibliotecários a respeito desse dever que está descrito no Código de Ética Profissional do Bibliotecário.

Aos bibliotecários atuantes, citar ou referenciar o número do CRB e sua assinatura nos documentos que competem à sua atividade tem o cunho de representatividade profissional. Fazer isso, é dignificar o caráter da profissão e acima de tudo enobrecer a identidade profissional. Deveras, é algo que acrescenta valor ao reconhecimento profissional (BRASIL, CFB, 2018, art. 5º, m, não paginado). Para essa ação, 60% dos respondentes afirmaram que citam seu número de registro, 20% que não e 20% que às vezes. Os dois últimos percentuais expressam um lado negativo, concernente à própria identidade e a autovalorização profissional. As regulamentações recentes do CFB, que têm obrigado os bibliotecários a colocarem o nome e o CRB nas fichas catalográficas produzidas, podem ser um passo para aumentar esse percentual no futuro.

As próximas análises, voltam-se para a seção **Infrações e Penalidades** prevista no Código de Ética do Bibliotecário, a fim de observar o conhecimento, ou não, dos bibliotecários a respeito desse tema. As infrações ético-disciplinares em (BRASIL, CFB, 2018, art. 9º, não paginado) listadas como de maior gravidade pelos bibliotecários questionados, correspondem aos incisos que tiveram maior votação, referente as infrações consideradas graves na atuação profissional, sendo: 1º lugar, ocupando os percentuais de 100% e de empate os incisos III, V e VII; 2º lugar, ocupando o percentual de 80% o inciso XIII e 3º lugar, ocupando o percentual de 60% o inciso (XV). (Quadro 7; Gráfico 2). Assim, as infrações mais votadas pelos respondentes foram:

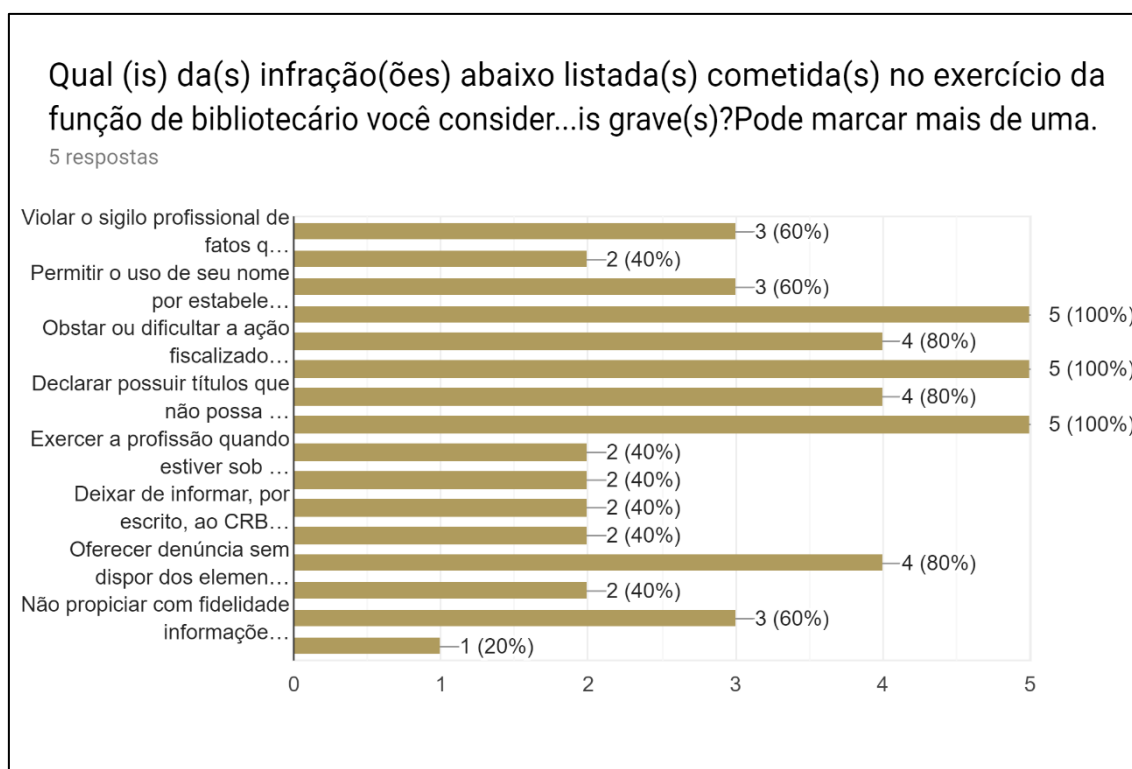
QUADRO 7 – Principais infrações disciplinares apontadas pelos bibliotecários no Código de Ética Profissional

| Infrações Disciplinares | Percentuais de bibliotecários e sua opinião sobre as infrações disciplinares | | |
|--|--|-----|-----|
| | 100% | 80% | 60% |
| III – permitir a utilização do seu nome por qualquer estabelecimento ou instituição onde não exerça pessoal e efetivamente sua função; | X | | |
| V – obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do CRB, quando no exercício de suas funções; | X | | |
| VII – declarar possuir títulos que não possa comprovar; | X | | |
| XIII – oferecer denúncia sem dispor dos elementos comprobatórios; | | X | |
| XV – não propiciar com fidelidade informações a respeito do exercício profissional, da legislação de Biblioteconomia e sobre as atividades e a atuação do Sistema CFB/CRBs | | | X |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dentre o percentual das infrações cometidas em exercício tem-se uma sequência das mais votadas, consideradas graves: Duas questões ficaram empatadas em 1º lugar – Obstar ou dificultar a ação de fiscalização; Declarar possuir títulos; 2º lugar – Permitir o uso de seu nome; 3º lugar – Oferecer denúncia sem dispor dos elementos; 4º lugar – Violar o sigilo profissional; 5º lugar – Não propiciar com fidelidade; e mais duas questões tiveram empate em 6º lugar – Exercer a profissão quando estiver sob; Deixar de informar, por escrito, ao CRB. (Gráfico 2).

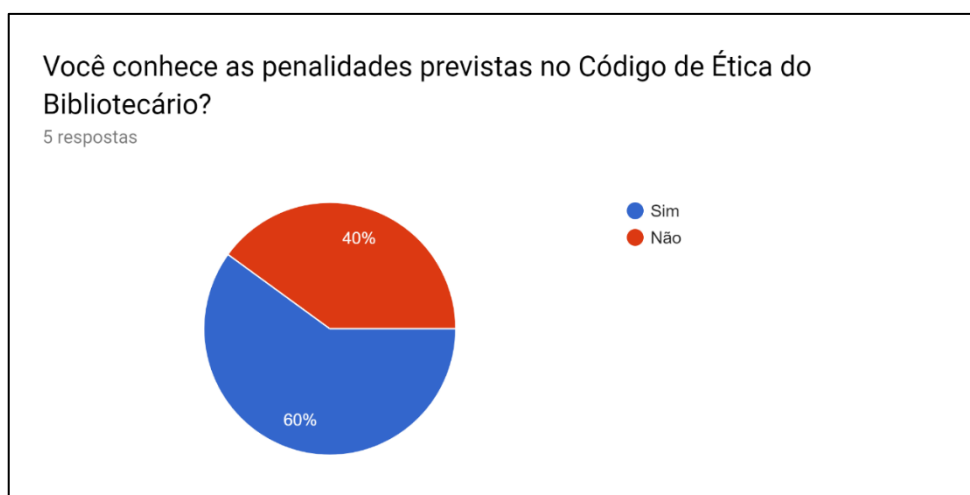
GRÁFICO 2 – Infrações éticas consideradas graves.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A respeito da última etapa do questionário, que enfatizou as **penalidades** expressas no Código de Ética, dos bibliotecários respondentes 60% confirmou ter conhecimento e 40% afirmou não ter conhecimento sobre as penalidades do Código de Ética. Faz-se necessário buscar informações no tocante às penalidades para que não se incorra em alguma infração ou venha a sofrer as penas pela falta de observância a respeito dos deveres e das infrações a que os profissionais bibliotecários estão sujeitos, (BRASIL, CFB, 2018, art. 13º-15º, não paginado). É preciso pelo menos ter uma noção dos deveres e penalidades para que o subconsciente fique em alerta aos primeiros sinais de algo que se possa apresentar como irregular. Não levar em consideração ou não buscar conhecer o Código de Ética, pode muitas vezes transparecer um descrédito ao bibliotecário como profissional. Todo profissional precisa observar o seu Código de Ética como aquele que representa sua identidade profissional, imbuído em direcionar o profissional aos seus direitos e deveres, à orientação a respeito de regras de boa conduta profissional e ao reconhecimento da profissão na sociedade. (O gráfico 3 reforça essa constatação).

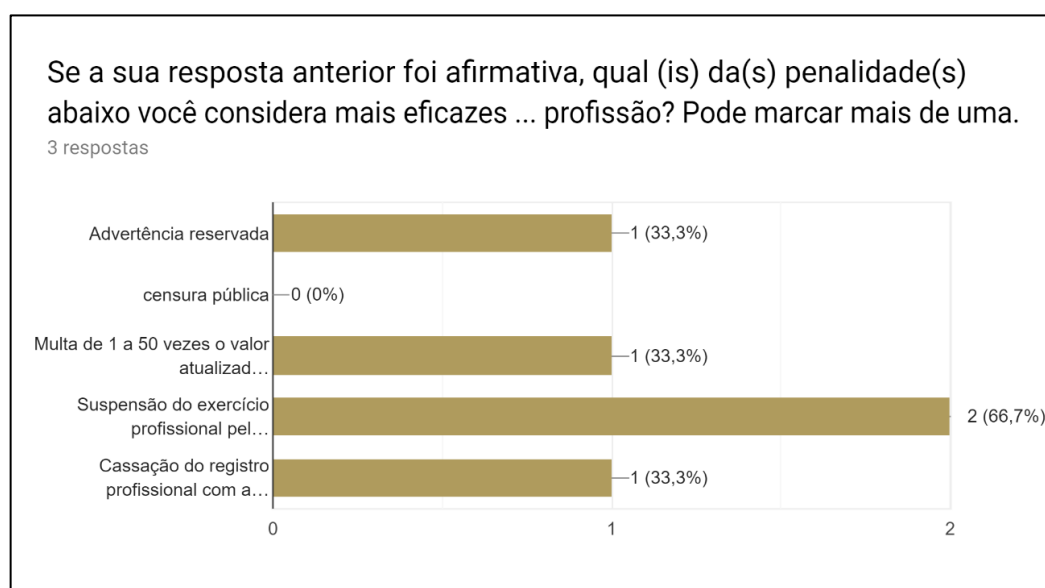
GRÁFICO 3 – Conhecimento das penalidades do Código de Ética Profissional



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em relação às penalidades, sobre a perspectiva de sua eficácia em combater as infrações ético-disciplinares, os bibliotecários consideraram como de maior relevância: 1º lugar, ocupando maior percentual de 66,7% o inciso (IV) e com percentual de 33,3% os incisos (I, III e V). Na íntegra podemos observar em (BRASIL, CFB, 2018, art. 13º, I-V, não paginado), I – advertência reservada; III – multa de 1 a 50 vezes o valor atualizado da anuidade; IV – suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos; V – cassação do registro profissional com apreensão da carteira profissional. (Gráfico 4).

GRÁFICO 4 – As penalidades mais eficazes.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Por fim, a última pergunta do questionário tratou de saber dos bibliotecários participantes da pesquisa, de modo discursivo, a importância atribuída por eles a respeito da ética profissional. Os bibliotecários responderam: como algo fundamentalmente importante para qualquer área (BRASIL, CFB, 2018, art. 6º, § 2º, a, não paginado); boas relações de convívio no ambiente de trabalho; postura ética nas práticas profissionais (BRASIL, CFB, 2018, art. 6º, § 1º, a, não paginado). As respostas estão apresentadas no Quadro 8.

QUADRO 8- Importância da Ética Profissional para os bibliotecários

| Respondentes | Importância da Ética Profissional para os bibliotecários |
|---------------------|---|
| Bibliotecário 1 | Muito importante como em qualquer área |
| Bibliotecário 2 | O bom convívio com seus semelhantes, pois quando você é ético, você vive bem em qualquer lugar e dia na sua vida. |
| Bibliotecário 3 | É fundamental uma postura ética do profissional bibliotecário, pois ele está no centro das ações de produção, tratamento, disseminação, transferência e uso das informações de uma instituição |
| Bibliotecário 4 | O profissional da informação numa Instituição de ensino lida diariamente com pessoas, nas suas diversas categorias (discentes, docentes, comunidade externa e etc.) e lidar com pessoas requer comprometimento com o serviço que se presta e com os produtos que se oferece. Deve-se observar o tratamento que se dá ao público e estabelecer o que é ético e o que não é torna-se fundamental para o atendimento ao usuário. A ética também está presente ao lidar com os colegas de trabalhos de mesma hierarquia, ao lidar com os subordinados e com os chefes do alto escalão. E, acima de tudo, tendo como base, também, a ética, facilita a tomada de decisões estratégicas e operacionais necessárias ao bom funcionamento da unidade de informação em que se está inserido. |
| Bibliotecário 5 | Na profissão da área de Biblioteconomia, o aspecto ético é de fundamental importância, tendo em vista que este profissional lida diariamente com informação e pessoas. |

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Indubitavelmente, todos bibliotecários concordaram em dizer que a ética profissional é de suma importância a profissão. A constatação dos resultados a partir da análise dos gráficos provocou certa surpresa pela unanimidade das respostas, mas logo se seguiram as respostas divergentes, que muito interessam à pesquisa, pela crítica construtiva, as transformações no campo das ideias, a reflexão das práticas – condizentes com a ética e o desenvolvimento profissional.

É bem verdade que não se pode mudar as pessoas, a menos que essas venham a querer. Com a ética não é diferente, pois ninguém consegue obrigar ninguém a ser ético. É preciso retomar a

ética no contexto geral do seu dinamismo, de sua simplicidade reflexiva – reflexão da conduta humana. A construção de uma consciência leva tempo, na verdade é mais uma vivência e que acontece pela constante reflexão. E, partindo da ideia dessa pesquisa, onde se insere a Ética Profissional/ou Deontologia, termos que andam lado a lado quando o assunto faz referência à atividade profissional, Rasche comenta que para “[...] tratar da ética profissional é necessário fazer referência à deontologia.” (RASCHE, 2005c, p. 175-176). Em outras palavras, é impossível abordar sobre uma e não mencionar a outra. Rasche (2005a, p. 38), mencionando Singer, afirma que a reflexão da ética vem fundamentar-se a uma orientação da prática. Todavia, a questão é conduzir os profissionais à reflexão. Nesse sentido, é interessante retratar o lado, ou melhor, o perfil de ser e agir como profissional, seguindo uma modelagem de mentalização da questão de se autoconhecer e se reconhecer como profissional. Esse viés atende bem ao pensamento de Souza (2002, p. 52) quando diz que “[...] o homem se distingue na natureza por fazer a existência de modo calculado: pensar para agir e pensar sobre o agir para aperfeiçoar este mesmo agir.”

É evidente, que as questões abordadas vieram de alguma forma surtir algum efeito de reflexão na vida profissional dos bibliotecários, como do tipo:

Eh...! Preciso melhorar nisso; Preciso me informar; Preciso ler mais sobre Ética Profissional; Preciso me inteirar sobre o Código de Ética Profissional, que representa minha profissão, que representa minha identidade profissional; Preciso rever alguns pontos necessários sobre o assunto; Preciso dar mais atenção a essas questões profissionais. (Respostas à coleta de dados, 2019)

Santana e Nunes (2018, p. 60) concordam a respeito da ética profissional/ou deontologia, quando afirmam que não se trata apenas do dever, mas a questão toda envolve o pensar reflexivamente sob a crítica. De certo modo, é sempre razoável pensar sobre o que se pode melhorar para o desenvolvimento pessoal e profissional. Villela (2013, p. 132) faz uma afirmação que os “[...], profissionais da informação precisam ter formação suficiente e abrangente para atuarem [...]”

Essa indicação aborda nossos sentidos para sempre estarmos buscando se atualizar perante o dinamismo social e profissional. Reconhecendo que todo profissional, sempre que possível, precisará se atualizar em sua área de formação. Diante desse fato, é relevante mencionar algumas questões observadas nas análises que caberiam uma maior atenção de qualquer profissional que almeja estar sempre atualizado com respeito à sua profissão e a legislação. Uma compreensão a esses questionamentos reacende nossas reflexões para a busca de informações que atendam a nossa necessidade profissional. Diante dessa situação, a ética

profissional se coloca como auxílio de orientação no campo das atividades profissionais, nas relações de comunicação e dentro do ambiente social como um todo, simplesmente por:

[...] perscrutar a conduta do bibliotecário e do usuário (conduta humana) de modo relativo (no âmago de determinada sociedade, e, portanto, respeitando as inter-relações existentes em sua tessitura) e, ainda de forma absoluta, ou seja, não submetida a qualquer condição, mantendo autonomia e incondicionalidade. (TARGINO, 2011, p. 133).

Assim, tanto os resultados quanto a discussão, trabalharam de forma simples a visualização dos questionamentos a respeito dos objetivos específicos. Sendo que dessa maneira, foi possível identificar como os bibliotecários aplicam o código em suas práticas, como também ter um vislumbre da importância que os mesmos expõem sobre a Ética Profissional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse trabalho possibilitou uma *análise* reflexiva no campo da Ética Profissional, reacendendo a chama da percepção dos bibliotecários, concernente as suas práticas em relação a temática. Além disso, refletiu acerca dos benefícios inimagináveis de uma disciplina intitulada e focada nos estudos da Ética Profissional, favorecendo aos profissionais *bibliotecários atuantes* a reflexão dos questionamentos abordados como de grande valia a profissão, trazendo uma perspectiva melhor a qualificação profissional. De fato, a contribuição desse trabalho não se limita apenas aos bibliotecários que já atuam na área, mas aos estudantes de Biblioteconomia que fizerem uso dessa pesquisa poderão derivar boas reflexões a sua formação e atuação. Compreender essas reflexões, denotará do profissional bibliotecário uma visão expressiva do reconhecimento e de importância essencial para sua atuação e o fortalecimento de sua identidade profissional.

Concernente aos *resultados* na questão da pesquisa, os profissionais bibliotecários de uma forma geral, demonstraram uma boa percepção das suas práticas frente à Ética Profissional. E, sobre o entendimento da ética profissional em sua essência os bibliotecários a reconheceram como regras de conduta. Alguns profissionais até admitiram que mesmo não conhecendo o código em sua totalidade procuram fazer aquilo que é correto, mas que compreendem que precisam estar a par das mudanças representativas da profissão e que sempre há necessidade para melhorias na atuação profissional. Os *resultados* se expressam em “reflexões” pertinentes a cada profissional. Essas, por sua vez, buscam solidificar ainda mais as percepções que os bibliotecários têm sobre suas práticas frente à Ética Profissional. É possível afirmar que os *resultados* foram positivos dentro da sua amplitude geral. Pode-se concluir ao final do trabalho que as regras mais seguidas e que constam no código de ética são as que estão relacionadas às ações do dia a dia, e que demandam apenas uma noção pessoal dos profissionais a respeito de comportamento ético. Sendo que, as boas práticas bibliotecárias, devem partir primariamente pela orientação mediada pela busca de conhecimento sobre ética profissional. Já o *alcance dos resultados* desse trabalho, firmam-se na crença que a medida que conduzimos ou incitamos as pessoas a reflexão, estamos colocando oportunidades passíveis de mudanças transformadoras na consciência de cada profissional. É considerável mencionar que os sensores de alerta dos bibliotecários foram ativados para a conscientização da Ética Profissional e da importância do seu papel diante dessa sociedade da informação.

No geral, os bibliotecários demonstraram boa percepção de Ética Profissional em suas atividades, como observado nas suas respostas a aplicação do Código de Ética e uma valorização real, apresentada pelos profissionais que remete a importância da Ética Profissional, realçando as reflexões dos bibliotecários na certa confirmação dos *objetivos alcançados*.

O *recurso usado* como de fundamental relevância (*o questionário*) para a sondagem e a coleta dos dados, proporcionou uma análise da visão que os bibliotecários têm sobre a ética profissional em suas práticas. Possibilitou ainda a obtenção de informações necessárias sobre o comportamento dos bibliotecários, construindo as respostas a questão da pesquisa, aos objetivos e até mesmo uma caracterização da população pesquisada.

A utilização desse recurso, trouxe observações pertinentes a *contribuição* das percepções que os bibliotecários têm sobre Ética Profissional. Nesse sentido, as questões direcionadas tiveram o papel de contribuir para as reflexões das práticas biblioteconômicas, visando a promoção da Ética Profissional e uma melhor qualidade nos serviços de informação. A *maior contribuição* desse trabalho é mostrar a importância da Ética Profissional na vida bibliotecária como meio de orientação formadora na perspectiva da criação de profissionais mais qualificados, capacitados e atuantes - embasados numa maior valorização profissional, construindo cidadãos competentes, conscientes do seu papel social e moral. E, para que isso aconteça, nada melhor que termos em mente nossos sentidos de direção acordados a boa orientação pela busca dos valores da nossa identidade profissional, na conquista pela representatividade estabelecida no Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário.

Reconhecendo a relevância do tema, sempre existe a oportunidade de ampliação dos estudos, onde o pesquisador poderá se aprofundar na aplicação da pesquisa com estudantes de Biblioteconomia; poderá ainda se estender de forma delimitada ao conhecimento das instituições federais que abordem na sua grade a disciplina de Ética Profissional; um outro ângulo de visão para *novas pesquisas* é construir uma listagem de autores da área de Ciência da Informação que trabalhe com o tema.

Em suma, sempre temos algo a melhorar e a acrescentar. E, somente é preciso redimensionar o nosso foco de interesse em vista do crescimento de nossa qualidade profissional. Evidentemente, que os bibliotecários têm a consciência em reconhecer a importância da Ética Profissional em suas atividades, como também sabem que sua profissão exige tal perfil de atuação. No entanto, é certo que essa discussão sobre ética dificilmente chegará a um fim, por

conta da sua condição de “ciência da conduta humana”, tão pouco dada como terminada ou pronta. Isso acontece por ela ser essencialmente dinâmica por suas ações e apegada à subjetividade dos seus valores morais e ramificações.

Portanto, trabalhar com a ética é sempre um desafio ao pensador, pois ela mesma não se deixa apanhar, ela não é algo físico, concreto que se possa apalpar - sua pintura é abstrata à compreensão, sua certeza se faz morada na mentalidade humana. Esse fato é compreensivo em vista da complexidade do homem inserido numa sociedade sempre em movimento e transformação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. tradução Alfredo Bossi; Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.

ANDRADE, Zilda Aparecida Freitas de. **Gestão da ética nas organizações**: possibilidades aos profissionais de relações públicas e comunicação organizacional. 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-01122010-094556/pt-br.php>. Acesso em: 09 jan. 2019.

ARISTÓTELES. **A ética de Nicômaco**. Tradução de Cássio M. Fonseca. 2. ed. São Paulo: Atena Editora, 1940.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução de Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução nº 6, de 13 de julho de 1966. **Diário Oficial União**, São Paulo, 17 ago. 1966. Seção 1, p. 2361. Disponível em: http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_006-66.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução nº 153, de 6 de março de 1976. **Diário Oficial União**, Brasília, 02 abr. 1976. Seção 1, Parte 2, p. 1407. Disponível em: http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_153.76.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução nº 042, de 11 de janeiro de 2002. **Diário Oficial União**, Brasília, 14 jan. 2002. Seção 1, Parte 2, p. 64. Disponível em: http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_042-02.pdf. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução nº 207, de 07 de novembro de 2018. **Diário Oficial União**, Brasília, 09 nov. 2018. Seção 1, p. 155-156. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 26 set. 1909. p. 6975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 17 fev. 1959. Seção 1, p. 3009. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3552-16-fevereiro-1959-354292-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 18 abr. 1997. Seção 1, p. 7760. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRAVO, Isamael. **Gestão de qualidade: em tempos de mudanças**. 3. ed. Campinas, SP: Alínia, 2010.

CAMPOS, Flordiniz Sousa *et al.* Ética e informação: um olhar sobre a prática do bibliotecário. EREBD-ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 17., 2014, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: UFC, 2014. Disponível em: http://www.professores.uff.br/screspo/PSI_P2_artigo1.pdf. Acesso em: 11 out. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CUARTAS, Enriqueta Graciela Dorfman de; PESSOA, Maria Lucia de Moura da Veiga; COSTA, Cosme Guimarães da. Código de ética profissional do bibliotecário: 15 anos depois. **Biblios**, Rio Grande, v. 15, p. 195-209, 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/407>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 300.

FONSECA, Juliana Soares da; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social do profissional da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, p. 1-14, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/3952/3115>. Acesso em: 23 fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Henriette Ferreira. Comportamento ético: fundamentos e orientações normativas ao exercício profissional do bibliotecário. In: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. Disponível em: http://www.cfb.org.br/pop-up/a_etica.pdf. Acesso em: 11 out. 2016.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. tradução Edson Bini. 2. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2008.

MADEIRA, Paulo Jorge. Ética e deontologia: uma visão aplicada a profissionais de gestão e contabilidade. **Jornal do técnico de contas e da empresa**, Lisboa, ano 36, n. 453, p. 211-219, jul. 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/963>. Acesso em: 09 jan. 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2011.

MISCHIATI, Ana Cristina; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 209-220, set./dez., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v17n3/01.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.

PIZARRO, Daniella Camara. Uma ética bibliotecária possível no ambiente empresarial. In: SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RASCHE, Francisca. Reflexões em torno da ética no exercício profissional em bibliotecas públicas. In: SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

RASCHE, Francisca. **Ética em bibliotecas públicas: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários**. 2005. 220f. Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005a. Disponível em: <http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/RASCHE-Francisca.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

RASCHE, Francisca. Questões éticas para bibliotecários. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 19, p. 21-33, jan./jun. 2005b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2005v10n19p21/5498>. Acesso em: 03 fev. 2019.

RASCHE, Francisca. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 175-188, jan./dez. 2005c. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/426/540>. Acesso em: 17 fev. 2019.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A presença da filosofia e da ética no contexto profissional. **Revista Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 78-88, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138969/134317>. Acesso em: 09 jan. 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Os devaneios do caminhante solitário**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discursos sobre as origens e os fundamentos das desigualdades entre os homens**. [s.l.]: Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. ed. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANTANA, Jessé Albino; NUNES, Jefferson Veras. Ética profissional, deontologia e sindicalismo na Biblioteconomia brasileira: múltiplas perspectivas históricas de atuação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas. SP, v. 16, n. 1, p.56-77, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8649700/pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.

SANTOS, Gildenir Carolino. **Percurso científico**: guia prático para elaboração da normalização científica e orientação metodológica. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. Da Escola de Aprendizizes ao Instituto Federal de Sergipe: 1909 – 2009. **Revista Brasileira da Educacional Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 25-39, nov. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4151-revista-mec&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2019.

SORJ, Bernardo. Sociologia e valores, os valores da sociologia. In: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. Disponível em: http://www.cfb.org.br/pop-up/a_etica.pdf. Acesso em: 11 out. 2016.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 2002.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Dos deveres profissionais ou a deontologia. In: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (Org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. Disponível em: http://www.cfb.org.br/pop-up/a_etica.pdf. Acesso em: 11 out. 2016.

SOUZA FILHO, Oscar d'Alva e. **Ética individual e ética profissional**: princípios da razão feliz. Fortaleza: ABC Editora, 2004.

TARGINO, Maria das Graças. Aspectos éticos da prática do bibliotecário relacionados às atividades de atendimento aos usuários. In: OLIVEIRA, Odaisa Espinheiro de; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini; LUNARDELLI, Rosane Suelly Alvares (Org.). **Ética profissional na prática do bibliotecário**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2011.

VILLELA, Edlaine Faria de Moura. A atuação promissora dos profissionais da informação na saúde pública. In: CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de (Org.). **Olhares sobre a atuação do profissional da ciência da informação**. São Paulo: Todas as Musas, 2013.

XAVIER, Antônio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos:** ciências humanas e sociais aplicadas: artigo, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, tcc, projeto, slide. ed. Recife: Rêspel, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE – Questionário

O apêndice, encontra-se as questões mais relevantes da pesquisa, e que evidentemente estão situadas no contexto desse trabalho, observadas abaixo:

Quanto tempo de serviço atuam ou que estão em atividade como bibliotecário?

Em sua graduação teve a disciplina de ética profissional ou que a mesma estivesse integrada a alguma outra disciplina e quais foram?

O que você entende sobre ética, ou melhor, qual sua percepção sobre ética profissional?

Você está ciente ou pelo menos tem a consciência dos deveres do bibliotecário, conforme o Código de Ética Profissional Bibliotecário?

Você preserva o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana?

Você exerce a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade em seu exercício?

Você observa o que dita a ciência e a técnica?

Você contribui para o desenvolvimento da sociedade e respeita os princípios legais que regem o país?

Você coopera para o progresso da profissão, por meio do intercâmbio de informações com órgãos de representação profissional da categoria, instituições de ensino e órgãos de divulgação técnica e científica?

Você colabora com os cursos de formação profissional do bibliotecário?

Você guarda sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir?

Você realiza de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito da profissão ou dos colegas?

Você conhece a legislação que rege o exercício da profissão de Bibliotecário em vigor, para cumpri-la corretamente e colaborar para o seu aperfeiçoamento?

Você combate o exercício ilegal da profissão, conforme a legislação em vigor?

Você mantém seu cadastro atualizado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição?

Você informa sempre ao CRB no qual está registrado quando assume e/ou deixa um cargo ou função?

Você cita seu número de registro do respectivo CRB, após sua assinatura em documentos

referentes ao exercício profissional?

Quais as principais infrações disciplinares apontadas pelos bibliotecários no Código de Ética Profissional?

Quais as infrações ético-disciplinares consideradas de maior gravidade cometida (s) no exercício da função de bibliotecário?

Você conhece as penalidades previstas no Código de Ética do Bibliotecário?

Qual das penalidades você considera mais eficazes da profissão?

Qual a importância da Ética Profissional para os bibliotecários?

ANEXOS

ANEXO A - Resolução 207/2018

ANEXO B - Resolução 42/2002

ANEXO A - Resolução 207/2018**CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA****Resolução CFB nº 207/2018**

Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, faz saber que foi aprovado pelo Plenário do CFB o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário, na forma disposta a seguir:

TÍTULO I
DA ÉTICA DO BIBLIOTECÁRIO

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS DO CÓDIGO

Art. 1º – O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro tem por objetivo fixar as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais.

CAPÍTULO II
DA NATUREZA, FUNDAMENTO
E OBJETO DO TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO

Art. 2º – A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos.

Parágrafo único – O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal.

Art. 3º – A atuação do bibliotecário fundamenta-se no conhecimento da missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público alvo da instituição onde está instalada a

unidade de informação em que atua, bem como das necessidades e demandas dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

Art. 4º – O objeto de trabalho do bibliotecário é a informação, artefato cultural aqui conceituado como conhecimento estruturado sob as formas escrita, oral, gestual, audiovisual e digital, por meio da articulação de linguagens natural e/ou artificial.

CAPÍTULO III DOS DEVERES DO BIBLIOTECÁRIO

Art. 5º – São deveres do bibliotecário:

- a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana;
- b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade em seu exercício;
- c) observar os ditames da ciência e da técnica;
- d) contribuir para o desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país;
- e) cooperar para o progresso da profissão, por meio do intercâmbio de informações com órgãos de representação profissional da categoria, instituições de ensino e órgãos de divulgação técnica e científica;
- f) colaborar com os cursos de formação profissional do bibliotecário;
- g) guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir;
- h) realizar de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito da profissão ou dos colegas;
- i) conhecer a legislação que rege o exercício da profissão de Bibliotecário em vigor, para cumpri-la corretamente e colaborar para o seu aperfeiçoamento;
- j) combater o exercício ilegal da profissão, conforme a legislação em vigor;
- k) manter seu cadastro atualizado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição;
- l) informar sempre ao CRB no qual está registrado quando assumir e deixar cargo ou função;
- m) citar seu número de registro do respectivo CRB, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional;

Art. 6º – O bibliotecário deve, em relação aos colegas, à categoria e aos usuários, orientar-se pelos princípios de justiça e respeito e observar as seguintes normas de conduta:

§ 1º – Em relação aos colegas:

- a) ser leal e solidário, tratar com respeito e civilidade, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as disposições legais que regem o exercício da profissão;
- b) evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional sem dispor dos elementos comprobatórios;
- c) respeitar a propriedade intelectual alheia;
- d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais.

§ 2º – Em relação à categoria:

- a) dignificar moral, ética e profissionalmente a categoria, por meio de seus atos, no desempenho de cargo, função ou emprego;
- b) prestigiar as entidades da categoria, contribuindo, sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da coletividade, admitindo-se a justa recusa;

- c) apoiar as iniciativas e os movimentos em defesa dos interesses da sua categoria profissional, participando efetivamente dos órgãos que a representam, quando solicitado ou eleito;
- d) zelar pelo prestígio e dignidade profissional, bem como pelo aperfeiçoamento das instituições nas quais atue;
- e) facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas funções;
- f) auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento deste Código de Ética, comunicando, com discrição, aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência.
- g) representar, quando indicado, as entidades da categoria;

§ 3º – Em relação aos usuários:

- a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo;
- b) tratar os usuários com respeito e civilidade;
- c) estimular a utilização de técnicas atuais objetivando a excelência da prestação de serviços ao usuário;
- d) assumir responsabilidades pelas informações fornecidas, de acordo com os preceitos do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Acesso à informação vigentes.

CAPÍTULO IV

DAS PROIBIÇÕES AO BIBLIOTECÁRIO

Art. 7º – Não é permitido ao bibliotecário, no desempenho de suas funções:

- a) praticar, direta ou indiretamente, atos que comprometam a dignidade e o renome da profissão;
- b) nomear ou contribuir para que se nomeiem pessoas sem habilitação profissional para cargos privativos de bibliotecário, ou indicar nomes de pessoas sem registro nos CRBs;
- c) expedir, subscrever ou conceder certificados, diplomas ou atestados de capacitação profissional a pessoas que não preencham os requisitos da legislação vigente;
- d) assinar documentos que comprometam a dignidade e o renome da sua profissão;
- e) violar o sigilo profissional, quando portador de informações confidenciais;
- f) utilizar a influência política em benefício próprio;
- g) fazer comentários desabonadores sobre a profissão de bibliotecário e às entidades representativas da sua profissão;
- h) permitir a utilização de seu nome e de seu registro à instituição pública ou privada na qual não exerça, efetivamente, função inerente à profissão;
- i) assinar trabalhos ou quaisquer documentos executados por terceiros, ou elaborados por leigos, alheios a sua orientação, supervisão e fiscalização;
- j) exercer a profissão quando impedido por decisão administrativa transitada em julgado;
- k) recusar-se a prestar contas de bens e valores que lhes sejam confiados em razão de cargo, emprego ou função que exerça;
- l) deixar de cumprir, sem justificativa, as normas emanadas dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, bem como deixar de atender às suas requisições administrativas, intimações ou notificações, no prazo determinado;
- m) utilizar-se da posição hierárquica para obter vantagens pessoais ou cometer atos discriminatórios e abuso de poder;

n) agir de forma prejudicial ao tratamento igualitário e aceitar atitudes preconceituosa ou discriminatória de qualquer natureza.

TÍTULO II DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DAS INFRAÇÕES ÉTICO-DISCIPLINARES

Art. 8º – A caracterização das infrações ético-disciplinares e a aplicação das respectivas penalidades regem-se por este Código, sem prejuízo das sanções previstas em outros dispositivos legais.

Art. 9º – São infrações ético-disciplinares passíveis de penalidades:

I – violar o sigilo profissional de fatos que tenha tomado conhecimento no exercício da profissão, com exceção daqueles presentes em lei que exigem comunicação, denúncia ou relato a quem de direito.

II – deixar de prestar serviços profissionais ao estabelecimento com o qual mantém vínculo profissional;

III – permitir a utilização de seu nome por qualquer estabelecimento ou instituição onde não exerça pessoal e efetivamente sua função.

IV – praticar atos ilícitos em relação à profissão;

V – obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do CRB, quando no exercício de suas funções;

VI – delegar a pessoas leigas atos ou atribuições do bibliotecário;

VII – declarar possuir títulos que não possa comprovar;

VIII – ser conivente ou cúmplice com os indivíduos que exercem ilegalmente a profissão de bibliotecário ou com os profissionais ou instituições que pratiquem atos ilícitos;

IX – exercer a profissão quando estiver sob sanção disciplinar;

X – inobservar, desacatar, desrespeitar e descumprir Acórdãos, Resoluções, Portarias, Atos Administrativos e Normatizações do Sistema CFB/CRBs e outra legislação inerente ao exercício da profissão;

XI – deixar de informar, por escrito, ao CRB os vínculos profissionais, com dados completos da empresa, e de manter atualizados o endereço residencial e profissional, telefones e e-mail;

XII – deixar de pagar as anuidades devidas ao Sistema CFB/CRBs;

XIII – oferecer denúncia sem dispor dos elementos comprobatórios;

XIV – faltar com civilidade aos representantes do CFB e CRBs e usuários, quando no exercício de suas funções;

XV – não propiciar com fidelidade informações a respeito do exercício profissional, da legislação de Biblioteconomia e sobre as atividades e a atuação do Sistema CFB/CRBs;

XVI – não atender convocação feita pelo CFB e CRBs, a não ser por impedimentos justificados e comprovados;

Parágrafo único – As infrações descritas acima são enumerativas, não restringindo ao órgão de fiscalização ética a apuração, processamento e aplicação de penalidades não discriminadas, devendo, para tanto, observar a legislação vigente.

Art. 10 – Para a imposição de penalidade e a sua gradação, levar-se-á em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Parágrafo único – Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

CAPÍTULO II DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

Art. 11 – São circunstâncias atenuantes:

- I – ação do infrator não ter sido fundamental para a ocorrência da infração;
- II – o infrator, por espontânea vontade, procurar reparar ou minorar as consequências do ato que lhe foi imputado;
- III – ter o infrator sofrido coação para a prática do ato, em defesa de prerrogativa profissional;
- IV – ser o infrator primário.

Art. 12 – São circunstâncias agravantes:

- I – ter o infrator agido com dolo ou má-fé e praticado fraudes;
- II – ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão contrária ao disposto na legislação em vigor;
- III – tendo conhecimento do ato ou fato irregular, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo ou saná-lo;
- IV – o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- V – ter agido com premeditação;
- VI – acumular infrações, sempre que duas ou mais sejam cometidas no mesmo momento;
- VII – haver antecedentes do infrator em relação às normas profissionais de regulação da Biblioteconomia;
- VIII – haver o conluio ou concussão com outras pessoas;
- IX – ter a infração consequências para pessoa humana e saúde coletiva;
- X – ocorrer reincidência.

Parágrafo único – Ficar caracterizada a reincidência quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto penalidade, cometer nova infração ou permanecer em infração continuada.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 13 – As infrações ético-disciplinares serão punidas, de forma alternada, sem prejuízo das sanções de natureza civil e/ou penal cabíveis, com penas de:

- I – advertência reservada;
- II – censura pública;
- III – multa de 1 a 50 vezes o valor atualizado da anuidade;
- IV – suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos;
- V – cassação do registro profissional com apreensão da carteira profissional.

§ 1º – A multa consistirá do pagamento de valores pecuniários ao CRB instaurador do Processo, calculada em moeda corrente, com base na anuidade de pessoa física da época da conclusão do mesmo, atualizada monetariamente, devendo ser combinada com qualquer das penalidades enumeradas nos incisos acima e aplicada em dobro no caso de reincidência.

§ 2º – A advertência será aplicada, de forma escrita, por ofício do Presidente do CRB, cumulada com multa de 1 (uma) anuidade de pessoa física vigente à época.

§ 3º – A censura pública será aplicada de forma escrita, com o emprego da palavra “censura” por ofício do Presidente do CRB, cumulada com multa de 2 (duas) a 4 (quatro) anuidades de pessoa física vigentes à época.

§ 4º – A falta de pagamento da multa no prazo estipulado, determinará a suspensão do

exercício profissional, sem prejuízo da cobrança por via executiva.

§ 5º – A suspensão por falta de pagamento de anuidade, taxas e multas somente cessará com o recolhimento da dívida, podendo estender-se por até 3 (três) anos, ao final do qual o profissional terá, automaticamente, cancelado o seu registro, desde que não resgate o débito, sem prejuízo da cobrança executiva.

§ 6º – Ao infrator suspenso por débito será admitida a reabilitação profissional, mediante novo registro, desde que sejam pagas as anuidades em débito, as multas e demais emolumentos e taxas cabíveis.

§ 7º – A suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 03 (três) anos implicará na proibição do exercício de qualquer atividade profissional ao bibliotecário, aplicável pelo CRB com a devida publicidade, cumulada com multa de 5 (cinco) a 7 (sete) anuidades de pessoa física vigentes à época.

§ 8º – A cassação do registro profissional acarretará ao infrator a perda do direito de exercer a profissão em todo território nacional, com a consequente apreensão da carteira de identidade profissional, cumulada com multa de 8 (oito) a 10 (dez) anuidades de pessoa física vigentes à época.

§ 9º – As penalidades acima descritas serão anotadas na carteira profissional e no cadastro do CRB, sendo comunicadas ao CFB, aos demais Conselhos Regionais e ao empregador.

§ 10 – Após o encerramento dos Processos em que o CFB atuar como instância originária, os autos serão encaminhados ao CRB onde o profissional infrator possuir registro principal, para notificação da decisão e aplicação e cumprimento das penalidades.

Art. 14 – O infrator tomará ciência das decisões proferidas:

I – pessoalmente, ou por procurador formalmente constituído e com poderes específicos para receber intimações e delas tomar ciência;

II – mediante notificação, em caso de censura pública, que poderá ser feita por carta registrada, processo eletrônico ou por meio da Imprensa Oficial, considerando-a efetivada 5 (cinco) dias após a publicação.

Parágrafo único – Em caso de recurso, o mesmo deverá ser interposto dentro do prazo 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação da decisão de primeira instância, conforme legislação vigente.

Art. 15 — As infrações éticas e disciplinares prescrevem em 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 – Qualquer modificação deste Código somente poderá ser efetuada pelo CFB, nos termos das disposições legais, ouvidos os CRBs.

Art. 17 – Este Código entra em vigor em todo o Território Nacional na data de sua publicação, revogando a Resolução 042/2002, publicada no DOU de 14/01/2002, Seção 1, pág. 64.

Brasília, de 07 de novembro 2018.

Raimundo Martins de Lima
Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB-11/039

Publicado no Diário Oficial da União de 09/11/2018, Seção 1, págs.155 e 156

ANEXO B - Resolução 42/2002

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA RESOLUÇÃO CFB N.º 42 DE 11 DE JANEIRO DE 2002.

Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia.
O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, resolve:

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

SEÇÃO I – DOS OBJETIVOS

Art.1º - O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia.

SEÇÃO II – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

Art.2º - Os deveres do profissional de Biblioteconomia compreendem, além do exercício de suas atividades:

dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe; b) observar os ditames da ciência e da técnica, servindo ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em geral; c) respeitar leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão; d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais; e) contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país.

Art. 3º:- Cumpre ao profissional de Biblioteconomia:

a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana; b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade no seu exercício; c) cooperar intelectual e materialmente para o progresso da profissão, mediante o intercâmbio de informações com associações de classe, escolas e órgãos de divulgação técnica e científica; d) guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir; e) realizar de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito de sua profissão ou de colega; f) considerar que o comportamento profissional irá repercutir nos juízos que se fizerem sobre a classe; g) conhecer a legislação que rege o exercício profissional da Biblioteconomia, assim como as suas alterações, quando ocorrerem, cumprindo-a corretamente e colaborando para o seu aperfeiçoamento; h) combater o exercício ilegal da profissão; i) citar seu número de registro no respectivo Conselho Regional, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional; j) estimular a utilização de técnicas modernas objetivando o controle da qualidade e a excelência da prestação de serviços ao usuário; l) prestar serviços assumindo responsabilidades pelas informações fornecidas, de acordo com os preceitos do Código Civil e do Código do Consumidor vigentes.

Art.4º - A conduta do Bibliotecário em relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, apreço e solidariedade.

Art.5º - O Bibliotecário deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta:

a) ser leal e solidário, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as

disposições legais que regem o exercício da profissão; b) evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional, sem dispor de elementos comprobatórios; c) respeitar as idéias de seus colegas, os trabalhos e as soluções, jamais usando-os como de sua própria autoria; d) evitar comentários desabonadores sobre a atuação profissional; e) evitar a aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram referido procedimento; f) colaborar com os cursos de formação profissional, orientando e instruindo os futuros profissionais; g) tratar com urbanidade e respeito os colegas representantes dos órgãos de classe quando no exercício de suas funções, fornecendo informações e facilitando o seu desempenho; h) evitar, no exercício de posição hierárquica, denegrir a imagem de profissionais subordinados e outros colegas de profissão.

Art. 6º - O Bibliotecário deve, com relação à classe, observar as seguintes normas:

a) prestigiar as entidades de Classe, contribuindo, sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da coletividade, admitindo-se a justa recusa; b) zelar pelo prestígio da Classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições; c) facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas respectivas funções; d) acatar a legislação profissional vigente; e) apoiar as iniciativas e os movimentos legítimos de defesa dos interesses da classe, participando efetivamente de seus órgãos representativos, quando solicitado ou eleito; f) representar, quando indicado, as entidades de Classe; g) auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento deste Código de Ética comunicando, com discrição, aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência.

Art.7º - O Bibliotecário deve, em relação aos usuários e clientes, observar as seguintes condutas:

a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo; b) tratar os usuários e clientes com respeito e urbanidade; c) orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual de acordo com suas competências.

Art.8º - O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade.

Art.9º - No desempenho de cargo, função ou emprego, cumpre ao Bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente.

Art.10 - Quando consultor, é responsabilidade do Bibliotecário apresentar métodos e técnicas compatíveis com o trabalho oferecido, objetivando o controle da qualidade e a excelência da prestação de serviços, durante e após a execução dos trabalhos.

SEÇÃO III - DOS DIREITOS

Art. 11 - São direitos do profissional Bibliotecário:

a) exercer a profissão independentemente de questões referentes a religião, raça, sexo, cor e idade; b) apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalha, quando as julgar indignas do exercício profissional, devendo, neste caso, dirigir-se aos órgãos competentes, em particular, ao Conselho Regional; c) votar e ser votado para qualquer cargo ou função em órgãos ou entidades de classe, nos termos da legislação vigente; d) defender e ser defendido pelo órgão de classe, se ofendido em sua dignidade profissional; e) auferir benefícios da ciência e das técnicas modernas, objetivando melhor servir ao seu usuário, à

classe e ao país; f) usufruir de todos os demais direitos específicos, nos termos da legislação que cria e regulamenta a profissão de bibliotecário; g) preservar seu direito ao sigilo profissional, quando portador de informações confidenciais; h) formular, junto às autoridades competentes, críticas e/ou propostas aos serviços públicos ou privados, com o fim de preservar o bom atendimento e desempenho profissional.

SEÇÃO IV – DAS PROIBIÇÕES

Art. 12 - Não se permite ao profissional de Biblioteconomia, no desempenho de suas funções: praticar, direta ou indiretamente, atos que comprometam a dignidade e o renome da profissão; b) nomear ou contribuir para que se nomeiem pessoas sem habilitação profissional para cargos privativos de Bibliotecário, ou indicar nomes de pessoas sem registro nos CRB; c) expedir, subscrever ou conceder certificados, diplomas ou atestados de capacitação profissional a pessoas que não preencham os requisitos indispensáveis ao exercício da profissão; d) assinar documentos que comprometam a dignidade da Classe; e) violar o sigilo profissional; f) utilizar a influência política em benefício próprio; g) deixar de comunicar aos órgãos competentes as infrações legais e éticas que forem de seu conhecimento; h) deturpar, intencionalmente, a interpretação do conteúdo explícito ou implícito em documentos, obras doutrinárias, leis, acórdãos e outros instrumentos de apoio técnico do exercício da profissão, com intuito de iludir a boa fé de outrem; i) fazer comentários desabonadores sobre a profissão de Bibliotecário e de entidades afins à profissão; j) permitir a utilização de seu nome e de seu registro a qualquer instituição pública ou privada onde não exerça, pessoal ou efetivamente, função inerente à profissão; l) assinar trabalhos ou quaisquer documentos executados por terceiros ou elaborados por leigos, alheios a sua orientação, supervisão e fiscalização; m) exercer a profissão quando impedido por decisão administrativa transitada em julgado; n) recusar a prestar contas de bens e numerário que lhes sejam confiados em razão de cargo, emprego ou função; o) deixar de cumprir, sem justificativa, as normas emanadas dos Conselho Federal e Regionais, bem como deixar de atender a suas requisições administrativas, intimações ou notificações, no prazo determinado; p) utilizar a posição hierárquica para obter vantagens pessoais ou cometer atos discriminatórios e abuso de poder; r) aceitar qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão por sexo, idade, cor, credo, e estado civil.

SEÇÃO V – DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES E PENALIDADES

Art.13 - A transgressão de preceito deste Código, constitui infração ética, sujeita às seguintes penalidades:

a) advertência reservada; b) censura pública; c) suspensão do registro profissional pelo prazo de até três anos; d) cassação do exercício profissional com apreensão de carteira profissional; e) Multa de 1 a 50 (cinquenta) vezes o valor atualizado da anuidade.

§ 1º - A pena de multa, de um a cinquenta vezes o valor atualizado da anuidade, poderá ser combinada com qualquer das penalidades enumeradas nas alíneas “a a d ” deste artigo, podendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

§ 2º - A falta de pagamento da multa no prazo estipulado, determinará a suspensão do exercício profissional, sem prejuízo da cobrança por via executiva.

§ 3º - A suspensão por falta de pagamento de anuidade, taxas e multas somente cessará com o recolhimento da dívida, podendo estender-se por até três anos, decorridos os quais o profissional terá, automaticamente, cancelado o seu registro, se não resgatar o débito, sem prejuízo da cobrança executiva.

§ 4º - A pena de cassação do registro profissional acarretará ao infrator a perda do direito de exercer a profissão em todo Território Nacional, e consequente apreensão da carteira de identidade profissional.

§ 5º - Ao infrator suspenso por débito será admitida a reabilitação profissional, mediante novo registro, satisfeitos, além das anuidades em débito, as multas e demais emolumentos e taxas cabíveis.

§ 6º - As penalidades serão anotadas na carteira profissional e no cadastro do CRB, sendo comunicadas ao CFB, demais Conselhos Regionais e ao empregador.

Art.14 - Compete originalmente aos CRB o julgamento das questões relacionadas a transgressão de preceito do Código de Ética, facultado o recurso de efeito suspensivo, dirigido ao CFB, competindo a este, ainda, originalmente, o julgamento de questões relacionadas à transgressões de preceitos do Código de Ética praticadas por Conselheiros Regionais e Conselheiros Federais, bem como transgressões de bibliotecários que atinjam diretamente o Conselho Federal.

Parágrafo Único - O recurso deverá ser interposto dentro do prazo 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação da decisão de primeira instância.

SEÇÃO VI – DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Art.15 - O CFB, deve baixar resolução estabelecendo normas para apuração das faltas e aplicação das sanções previstas neste Código, pautando-se pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, garantidos pela Constituição Federal.

Art.16 - Na aplicação de sanções éticas serão consideradas como atenuantes:

a) falta cometida em defesa de prerrogativa profissional; b) ausência de punição anterior; c) prestação de relevantes serviços à Biblioteconomia.

SEÇÃO VII - DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS

Art.17 - O Bibliotecário deve exigir justa remuneração por seu trabalho, levando em conta as responsabilidades assumidas, o grau de dificuldade no desenvolvimento e efetivação do trabalho, bem como o tempo de serviço dedicado, sendo-lhe livre firmar acordos sobre honorários e salário.

Art.18 - O Bibliotecário deve fixar previamente o valor dos serviços, de preferência por contrato escrito, considerados os elementos seguintes:

- a) a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar;
- b) o tempo que será consumido para a realização do trabalho;
- c) a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços; d) as vantagens que advirão para o contratante com o serviço prestado; e) a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente;
- f) o local em que o serviço será prestado.

SEÇÃO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.19 - Qualquer modificação deste Código somente poderá ser efetuada pelo CFB, nos termos das disposições legais, ouvidos os CRB.

Art.20 - O presente Código entra em vigor em todo o Território Nacional a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José Fernando Modesto da Silva

CRB-8/3191

Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia

Publicado no Diário Oficial da União de 14.01.02, seção I. p. 64